



19 DE ABRIL DE 2016

Terça-feira

- ARTIGO: O 'DAY AFTER'
- A DESVALORIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA
- EATON APOSTA EM CÂMBIO AUTOMATIZADO
- MERCEDES AMPLIA REDE DE VANS COM RODOBENS NO PR
- PORSCHE USARÁ CENTRO DE TREINAMENTO DA VW
- FÓRUM DEBATE ESTRATÉGIAS DE RH EM TEMPOS DE CRISE
- VW LANÇA SÉRIE ESPECIAL DA PICAPE AMAROK
- MAXLOADER ABRIRÁ UNIDADE EM MATO GROSSO
- NÚMERO DE EMPRESAS ENDIVIDADAS CRESCER 2,5% NO 1º TRIMESTRE, DIZ BOA VISTA SPC
- AUSTIN RATING: IMPEACHMENT NÃO GARANTE CONFIANÇA DO INVESTIDOR
- IMPEACHMENT POUCO DEVE INFLUENCIAR A DINÂMICA DE PREÇOS, DIZ FGV
- CONFIANÇA MELHORA, MAS SUSTENTAÇÃO DEPENDE DE POLÍTICA ECONÔMICA, DIZ APAS
- MUDANÇA DE GOVERNO PODE FAVORECER SETOR ELÉTRICO NO LONGO PRAZO, DIZ ACEND BRASIL
- COMO UMA DISPUTA DE ACIONISTAS DERRUBOU A USIMINAS
- RALI DO PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO DEVE ESGOTAR-SE, DIZ BMI RESEARCH
- NÚMERO DE EMPRESAS ENDIVIDADAS CRESCER 2,5% NO 1º TRIMESTRE, DIZ BOA VISTA SPC
- MÉDIA DIÁRIA DE EXPORTAÇÕES CAI 5,5% NA 3ª SEMANA DE ABRIL
- OURO FECHA PRÓXIMO DA ESTABILIDADE, INFLUENCIADO POR PETRÓLEO E BOLSAS
- APROVAÇÃO DO IMPEACHMENT TRAZ ESPERANÇA, MAS SOCIEDADE DEVE SEGUIR MOBILIZADA, DIZ CAMPAGNOLO
- BRASILEIROS ESTÃO MAIS DISPOSTOS A RENEGOCIAR DÍVIDAS
- HIDRELÉTRICA DE R\$ 400 MILHÕES NO PARANÁ SERÁ LICITADA NO FIM DE ABRIL
- ERA DA BANDA LARGA FIXA ILIMITADA ACABOU, DIZ PRESIDENTE DA ANATEL
- BRASIL PODE PRECISAR AUMENTAR IMPOSTOS, DIZ EX-PRESIDENTE DO BC

- IPC-S DESACELERA EM 4 DAS 7 CAPITAIS PESQUISADAS NA 2ª QUADRISSEMANA DE ABRIL
- MERCADO SINALIZA APOIO A POSSÍVEL GOVERNO TEMER SE HOVER REFORMAS
- USIMINAS ESPERA APORTE DE R\$ 1 BILHÃO EM JUNHO
- ARTIGO: ILUSÕES DO MERCADO FINANCEIRO COM O GOVERNO TEMER
- GOVERNO AFIRMA QUE SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 946 NÃO REPRESENTARÁ AUMENTO REAL
- MICROEMPREENDEDOR JÁ PODE USAR RESIDÊNCIA PARA SEDIAR SUA EMPRESA
- CONFIANÇA DEVE SEGUIR BAIXA EM EVENTUAL GOVERNO TEMER, DIZ REUTERS
- PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DA RIO TINTO SOBE 13% NO 1º TRI DE 2016
- eSOCIAL É O FACEBOOK DO MUNDO DO TRABALHO
- ESTRATÉGIA DE TEMER ENVOLVE DIÁLOGO COM CNI E FIESP
- HYUNDAI MOTOR E CISCO FAZEM PARCERIA PARA TECNOLOGIA DE CARRO CONECTADO
- CHINA JÁ FEZ "MAIS DO QUE O SUFICIENTE" PARA REDUZIR CAPACIDADE SIDERÚRGICA, DIZ MINISTÉRIO
- PARA ANALISTAS, A CPMF DEVERÁ SER UMA DAS PRIMEIRAS MEDIDAS
- PLANEJAMENTO DESTINA R\$ 1,8 BI PARA COBRIR BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- ARTIGO: OS DESAFIOS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

CÂMBIO		
EM 19/04/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,545	3,545
Euro	4,031	4,033

Fonte: BACEN

19/04/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Infelizmente, o Brasil vive um momento de enorme tumulto. Ninguém dá ouvidos a nada, a não ser à discussão do impeachment presidencial e à eventual mudança de governo.

Apesar da decisão de domingo (17), favorável ao andamento do processo de afastamento da presidente, pairam enormes dúvidas sobre o que deve acontecer no curto prazo. Qualquer que seja o caminho a ser definido pelo Senado, com Dilma ou sem Dilma, o país vai precisar de tolerância entre as partes envolvidas nessa batalha política.

Não haverá ganhadores se a disputa descambar para a radicalização e a violência. Seremos todos vítimas. Esse é um lado da questão. Mas também seremos todos perdedores se, após a definição do Senado, o governo sucumbir à ideia de que a correção de rumos da economia pode se dar apenas com a adoção de um plano de austeridade.

Ressalve-se, desde logo, que o controle de gastos e o equilíbrio das contas públicas é absolutamente essencial. Sem controle gastos, não é possível baixar a carga tributária e pensar em prosperidade.

Será, porém, um grave erro se no "day after" da crise o governo resultante ignorar medidas há décadas reivindicadas pela sociedade brasileira. A necessidade de reformas é uma unanimidade no país. Nem é necessário detalhá-las mais, porque o leitor já as conhece de cor: tributária, trabalhista, previdenciária e política.

Talvez esse governo pós-crise, entretanto, não seja capaz de fazê-las no curtíssimo prazo. Será compreensível se isso ocorrer, dada a enorme dificuldade de acordo político para aprová-las no Congresso.

Mas não será aceitável que a nova gestão deixe de adotar medidas emergenciais para a retomada do crescimento da economia, do emprego e da renda.

Não podemos cair na armadilha de que as políticas de estímulo ao consumo não funcionam mais para aquecer a economia só porque falharam nos últimos anos.

Grande parte dos problemas que enfrentamos hoje, com a recessão, decorre de erros cometidos na área monetária e cambial. Políticas de estímulo ao consumo não funcionaram também porque foram tomadas com câmbio fora do lugar e juros em níveis absurdamente elevados.

As políticas públicas buscaram incentivar o consumo com créditos especiais e com redução de impostos, por exemplo, enquanto mantinha-se o dólar abaixo de R\$ 2. E isso foi uma dádiva para a China e outros países exportadores.

Ou seja, essas políticas ajudaram a criar empregos no exterior, enquanto a indústria brasileira perdia competitividade e espaço no mercado interno. Basta observar o valor do deficit comercial da indústria brasileira de transformação, que passou de US\$ 50 bilhões em 2014.

Com juros civilizados e câmbio no lugar, o estímulo ao consumo, num país de mais de 200 milhões de habitantes, pode funcionar, sem dúvida nenhuma, para puxar o crescimento. Tome-se o exemplo do vizinho Chile, talvez o país mais elogiado da América do Sul pela sua política econômica consistente.

Para tentar escapar da recessão, esse país manteve em 3,5% sua taxa de juros na semana passada, embora a inflação esteja em 4,5%, acima da meta de 4%.

Não podemos cair na esparrela de achar que as regras do mercado são leis divinas. Bons governos agem para estimular os indutores da produção, do crescimento e do emprego, e não os que vivem da especulação financeira.

Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp.

A desvalorização da negociação coletiva

19/04/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo

O Brasil é um país intrigante. No campo trabalhista, domina a ideia de ampliar e fortalecer a negociação coletiva na solução de divergências entre empregados e empregadores. A Constituição de 1988 valorizou a negociação coletiva.

Sindicalistas e empresários desejam a negociação coletiva. Ironicamente, os magistrados da área trabalhista, com honrosas exceções, se colocam como obstáculo à negociação coletiva.

Súmulas, orientações jurisprudenciais, instruções normativas e até mesmo sentenças têm anulado o esforço feito pelos sindicatos de trabalhadores e pelos empresários no sentido de encontrar solução para os seus problemas com base no seu entendimento e vontade. Inúmeros exemplos poderiam ser aqui arrolados, mas mencionarei apenas um, por ser dos mais eloquentes.

Uma empresa da Bahia negociou com o sindicato laboral um acordo coletivo segundo o qual horas extras seriam utilizadas tão somente nos casos de necessidade.

Terminada a necessidade, as horas extras seriam suspensas sem nenhuma obrigação por parte da empresa de incorporar essas horas nos salários dos empregados ou de pagar indenização pela sua descontinuidade. Os empregados da empresa, representados pelo referido sindicato, concordaram com o óbvio. Afinal, hora extra é para trabalho extra.

Apesar de todas essas concordâncias, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou nulo o referido acordo coletivo, condenando a empresa a pagar uma pesada indenização pelo fato de ter descontinuado o uso de horas extras em suas atividades. Essa é uma prova cabal da intenção dos magistrados que assim decidiram em desvalorizar a negociação coletiva.

Sem falar, é claro, na afronta ao bom senso que aquela decisão encerrou. Afinal, hora extra não é para ser usada excepcionalmente? A descontinuidade da prática de horas extras de forma regular não é benéfica para a saúde e o bem-estar dos empregados?

De que vale a pretensa proteção do TST, se a empresa decidir dispensar os empregados em decorrência das despesas e da insegurança jurídica geradas pela mais alta Corte da Justiça do Trabalho?

É claro, trabalho não é commodity e, por isso, não pode estar sujeito apenas às leis de mercado, como ocorre nos leilões de minérios, metais e cereais. O trabalho precisa de regulamentação e esta é exercida por meio de leis e de acordos coletivos negociados entre as partes.

Estes são particularmente indicados quando as partes precisam fazer ajustes em função da realidade específica das empresas e dos empregados em questão.

Não tem cabimento a verdadeira perseguição que muitos magistrados trabalhistas fazem à livre negociação. Bem diferente é o pensamento do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse campo.

Em decisão unânime de 2015, no Recurso Extraordinário 590.415, o STF assim se manifestou: "A Constituição de 1988 prestigiou a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos trabalhistas (...) Quando acordos resultantes de negociação coletiva são anulados (como no caso em tela), as relações por ele reguladas são desestabilizadas e a confiança no mecanismo da negociação coletiva é sacrificada (...) A negociação coletiva é uma forma de superação de conflito e desempenha função política e social de grande relevância (...) É um mecanismo de consolidação da democracia e da consecução autônoma da paz social (...), não deve ser vista com bons olhos a sistemática invalidação de acordos coletivos de trabalho".

Será que uma decisão tão clara como está não tem nenhuma repercussão entre os magistrados trabalhistas que insistem em fazer valer o seu ponto de vista nas relações de trabalho, em detrimento do que pensam e negociam as partes nelas envolvidas? A intervenção crescente da Justiça do Trabalho ao anular acordos coletivos é uma afronta à democracia e à Constituição federal.

José Pastore-professor da FEA-USP, é presidente do conselho de emprego e relações do trabalho da Fecomercio-SP e membro da academia paulista de letras.

Eaton aposta em câmbio automatizado

19/04/2016 - Fonte: Automotive Business



Amaury Rossi, da Eaton: "Apostamos alto na migração para transmissões automatizadas em todas as categorias". Em uma nova empreitada para o mercado brasileiro, a Eaton lançará quatro transmissões automatizadas com foco em veículos comerciais leves e médios, entre caminhões e ônibus.

Os produtos serão apresentados às montadoras até o dia 25 deste mês na fábrica da Valinhos (SP) em evento denominado Eaton Experience 2016, no qual a empresa mostra seus produtos em operação em veículos protótipos equipados com os novos câmbios.

Das quatro novidades - EA-6106, UltraShift PLUS PV, UltraShift PLUS MHD e Procision, as três primeiras são desenvolvidas e produzidas na planta do interior paulista.

"Automatizar as trocas de marca é um caminho que não tem volta e essa é uma tendência porque no final o que conta é a economia, o frotista vai fazer as contas", afirma Amaury Rossi, diretor de negócios para caminhões e ônibus da Eaton.

Ele aponta que embora as transmissões automatizadas sejam de valor mais elevado do que os manuais, sua tecnologia permite maior economia no consumo de combustível.

Rossi cita ainda que dados de algumas montadoras mostram que até 50% de seus veículos semipesados já utilizam a tecnologia automatizada.

“Nossa aposta nessa migração também é grande nas outras categorias, inclusive leves. Espero para o próximo Experience já ter uma boa lista de veículos das montadoras A, B e C com transmissão automatizada Eaton”, enfatiza.

OS PRODUTOS



O câmbio EA-6106, transmissão automatizada de 6 velocidades e que atende caminhões na faixa de 3,5 até 13 toneladas de PBT, além de micro-ônibus, foi totalmente desenvolvida pela equipe de engenheiros do centro de pesquisa e desenvolvimento que também fica em Valinhos.

O centro atende ainda as outras três fábricas da empresa no Brasil - Mogi Mirim, São José dos Campos (SP) e Caxias do Sul (RS) - e é entre os 18 centros que a companhia tem no mundo a responsável pelo desenvolvimento de transmissões para veículos comerciais leves, incluindo picapes.

O modelo UltraShift PLUS PV de 6 velocidades também desenhado pela mesma equipe brasileira é indicado para ônibus urbanos de 12 a 17 toneladas.

Já o Ultra Shift Plus MHD já é conhecida do mercado como Torqshift: desenvolvido em parceria com a Ford, o modelo automatizado de 10 velocidades chegou ao mercado em março vestindo a roupagem do Ford Cargo e que agora está disponível no portfólio da Eaton para aplicações em caminhões médios e semipesados, dos quais rodoviários 6x2 e 8x2 e os fora de estrada e vocacionais 6x4 e 8x4 como betoneiras, basculantes e canavieiros.

“Acredito que em até três anos teremos lançado no mercado todas as três opções que serão produzidas aqui em Valinhos”, afirma o gerente de desenvolvimento de mercado e planejamento de produto Eaton para a América do Sul, Marcos Janasi”.

“Ele acrescenta que já tem empresas interessadas nas novidades e que uma parte delas já está em fase de testes por parte dos clientes. “O primeiro lançamento deve chegar em um ano, um ano e meio”, projeta o executivo. Tudo indica que deva ser o vocacional 6x4 betoneira da Ford em 2017.

Por sua vez, a transmissão Procion de dupla embreagem e 7 velocidades é denominado câmbio automatizado, embora traga características de um automático ao combinar duas embreagens – um controla a marcha ímpar e outro controla a marcha par. É indicado para aplicação em ônibus de 17 toneladas, tanto urbano quanto rodoviário.

“O Procion é a tecnologia do futuro. Foi concebido nos Estados Unidos para combater as transmissões automáticas, uma vez que sua maior vantagem é a economia de

combustível”, conta Janasi. Ele informa que no caso do *dual clutch* a estimativa mais próxima para sua chegada ao mercado é 2020 e acrescenta que ainda não há planos de produção local, uma vez que isso só se justifica se a demanda interna exigir.

Atualmente, a transmissão é utilizada nos EUA e fabricada na unidade da Eaton no México.

Mercedes amplia rede de vans com Rodobens no PR

19/04/2016 - Fonte: Automotive Business



A Mercedes-Benz ampliou sua rede especializada em vans. Em parceria com o seu concessionário Rodobens a marca inaugurou o seu sétimo Van Center em Curitiba, Paraná. Essa é a primeira revenda do tipo na Região Sul.

“A região de Curitiba é o terceiro maior mercado de veículos comerciais leves do País, com tendência de crescimento de vendas. Por isso essa expansão local é muito importante”, diz o gerente sênior de vans Carlos Garcia, que destaca a vantagem do atendimento especializado nesse segmento.

O Van Center é uma loja dedicada à venda dos comerciais leves Sprinter (com modelos de 3,5 mil a 5 mil quilos de PBT) e Vito (segmento de vans médias, com 3.050 kg de PBT). Entre furgões, chassis-cabine e veículos para transporte de passageiros o cliente encontra mais de 50 configurações à disposição.

Para Sprinter e Vito a Mercedes oferece opções de consórcio e financiamento pelo banco da montadora. Os compradores também encontram assistência técnica 24 horas e três linhas de peças de reposição.

Tanto Sprinter como Vito são indicados para empresas de transporte, autônomos, prestadores de serviço e empreendedores. Sprinter Street e Vito podem circular em zonas de restrição e ser dirigidos com carteira de habilitação da categoria “B”.

Porsche usará centro de treinamento da VW

19/04/2016 - Fonte: Automotive Business



A partir do fim deste mês a Porsche começará a utilizar o centro de treinamento da Volkswagen da Avenida Washington Luís, na zona sul da cidade de São Paulo. A fabricante de esportivos confirmou que o local será aproveitado pelas equipes de venda e pós-venda dos concessionários Porsche. Hoje são sete revendas e até o fim do ano haverá mais duas. A companhia admite que trará equipamentos e motores para aprimorar as equipes.

O centro de treinamento da Washington Luís foi inaugurado em dezembro de 2013. A

Volkswagen investiu R\$ 10,5 milhões. O local tem 7,7 mil metros quadrados de área construída e pode capacitar 52 mil profissionais por ano.

A estrutura tem oficinas de reparação de carroceria, diagnose, treinamentos de mecânica, elétrica, eletrônica, pintura e áreas para qualificação de gerentes de vendas e pós-venda. No showroom os profissionais podem receber capacitação para venda de veículos e acessórios.

Fórum debate estratégias de RH em tempos de crise

19/04/2016 - Fonte: Automotive Business

Quais são as estratégias da Toyota para preservar postos de trabalho no Brasil e motivar seu pessoal enquanto se qualifica como a única montadora que avança nas vendas de veículos?

A resposta virá na palestra que Roberto Yanagizawa, diretor de recursos humanos da empresa, fará no encerramento do Fórum de RH na Indústria Automobilística, dia 16 de maio no Milenium Centro de Convenções, em São Paulo.

O encontro, dirigido a profissionais relacionados a recursos humanos em fabricantes de veículos e autopeças, tratará de estratégias na área de pessoal, desenvolvimento profissional, treinamento, tecnologias digitais, redes sociais, relações trabalhistas, PPE, eSocial e terceirização do trabalho.

Outras duas montadoras enviarão palestrantes ao evento. Ivan Witt, diretor de RH e Compras do Grupo Cooa, falará sobre o fortalecimento da carreira de RH nas corporações, apresentando a experiência do grupo com diferentes marcas na área de distribuição de veículos.

Já a CNH Industrial levará Fabrizio Milone, diretor de RH, para explicar como a empresa se reestruturou na área de pessoal após sua criação em 2013, integrando as operações de equipamentos agrícolas e de construção da Case e New Holland, dos caminhões e veículos comerciais da Iveco e os motores e transmissões da FPT Industrial.

Adilson Sigarini, diretor de RH da Thyssenkrupp Brasil e conselheiro do Sindipeças, apresentará o ponto de vista da entidade para as relações do trabalho em autopeças em tempos de crise, mostrando também os avanços do Programa de Proteção ao Emprego e do e-Social.

Luis Fernando Barosa, diretor da Deloitte em gestão de capital humano, analisará os resultados de recente pesquisa global na área de RH conduzida pela consultoria. Márcia Lúcia dos Anjos Naves, superintendente do Isvor, da FCA Latin America, conduzirá palestra para mostrar como a corporação promove a qualificação de seu pessoal e dos colaboradores.

Fernando Tourinho, diretor de RH da Bosch, coordenará painel com diretores de recursos humanos do segmento de autopeças para mostrar como o pessoal de RH conquista novas responsabilidades enquanto enfrenta as saídas para a crise.

Participarão da sessão de debates Ana Carolina Gonçalves, da ZF-TRW, Edson Carvalho, da Valeo, Marcel Oliveira, da ZF, Rodrigo Ronzella, da Eaton, e Sandra Mariani, da Navistar Mercosul. Informações sobre o evento podem ser obtidas pelo telefone 11 5095-8888 e no site

www.automotivebusiness.com.br/forumrh_2016

VW lança série especial da picape Amarok

19/04/2016 - Fonte: Automotive Business



A Volkswagen lança a Amarok Ultimate, série especial produzida sobre a versão Highline e com conteúdo diferenciado. A picape começa a chegar às concessionárias ainda em abril com preço sugerido de R\$ 176.990. A Ultimate traz de série faróis bixênionio com luz de condução diurna em LED. O santantônio de aço inoxidável e o estribo plano de alumínio são novos. Os vidros das portas traseiras e a vigia são escurecidos, assim como as lanternas.

Complementam a aparência externa as rodas de liga leve de 19 polegadas, as capas dos retrovisores prateadas com detalhe inferior cromado e o spoiler inferior dianteiro, também prateado. O acabamento interno inclui revestimento parcial dos bancos de couro alcântara, sistema de som com navegação, bancos dianteiros com ajuste de altura, apoio lombar, aquecimento e quatro airbags.

Montada sobre a versão cabine dupla, a Highline Ultimate tem motor 2.0 turbodiesel de 180 cavalos e transmissão automática de oito marchas. O interior inclui pedaleira de alumínio e tapetes exclusivos da versão. Assim como a Highline, a série especial traz freios ABS "off road", que otimizam a ação do sistema antitravamento em piso solto, com pedriscos e areia, por exemplo, em velocidades até 130 km/h.

Tração integral 4Motion, sensores de chuva e luminosidade, Isofix (para prender cadeirinhas infantis) e recursos eletrônicos como sistema de assistência à frenagem, controle de tração, bloqueio eletrônico do diferencial, controle de estabilidade, assistente de partida em rampa e controle automático de descida são todos equipamentos de série.

A Amarok foi a quinta picape mais vendida do Brasil em 2015, com 12,2 mil unidades, volume 31,7% menor que o de 2014. No primeiro trimestre de 2016 ela aparece na quarta posição, com 3,3 mil licenciamentos no período e pequena retração de 3,4% ante os mesmos três meses do ano passado.

O segmento de picapes médias vem se renovando desde o fim de 2015 com a Toyota Hilux. Neste ano recebeu a Fiat Toro como nova concorrente e terá de enfrentar também a Ford Ranger e a Chevrolet S10 reestilizadas.

Maxloader abrirá unidade em Mato Grosso

19/04/2016 - Fonte: Automotive Business



A fabricante de máquinas de construção Maxloader, do Rio Grande do Sul, investirá R\$ 20 milhões até 2019 em uma unidade em Campo Verde (MT) para montagem de equipamentos como pás carregadeiras e empilhadeiras. As obras começam entre junho e julho. Os equipamentos atenderão as Regiões Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste.

A unidade mato-grossense terá cerca de 4 mil metros quadrados. Além do espaço para a montagem das máquinas haverá também um setor administrativo e área para venda dos equipamentos. A fabricante gaúcha tem sede em Passo Fundo e também produz minicarregadeiras, retroescavadeiras, motoniveladoras e rolos compactadores.

Número de empresas endividadas cresceu 2,5% no 1º trimestre, diz Boa Vista SPC

19/04/2016 - Fonte: EM.com

A inadimplência das empresas brasileiras subiu 2,5% nos primeiros três meses do ano ante o quarto trimestre de 2015, no cálculo sem ajustes sazonais, informou nesta segunda-feira, 18, a Boa Vista SPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito). Na comparação com os primeiros três meses de 2015, o indicador apresentou variação positiva de 9,2%.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, o volume de empresas endividadas no País alcançou 9,3%, valor 0,4 ponto porcentual maior do apurado nos quatro trimestres anteriores.

Os dados revelam ainda que, desde o terceiro trimestre de 2015, os níveis de inadimplência estão numa faixa superior a 8%. De acordo com a Boa Vista SPC, o cenário pode ser explicado pela forte incerteza no País, retração da economia, alta da inflação e menor concessão de crédito.

A expectativa da Boa Vista SPC é de que o endividamento dos empresários continue em níveis elevados ao longo dos próximos meses, já que a confiança do setor deve permanecer baixa.

Austin Rating: impeachment não garante confiança do investidor

19/04/2016 - Fonte: EM.com

O impeachment da presidente Dilma Rousseff é bem visto pelo mercado financeiro, mas não garante a retomada da confiança dos investidores, avaliou Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating. "A sinalização tende a ser positiva. O mercado vai dar mais um voto de crédito. Mas o governo precisa fazer reformas", declarou Agostini.

Segundo o economista, a expectativa é que o trâmite do processo de impeachment no Senado tenha placar mais apertado do que teve na Câmara dos Deputados. Mas, uma vez aprovado, o novo governo teria que sentar numa roda de negociação com líderes de todos os partidos apoiadores do processo, mostrando coesão em torno de um novo projeto para o País.

"Foi isso que o PT não fez e que talvez tenha sido o grande erro deles. O PMDB viu que tem que ser dessa forma", opinou.

Um possível governo Temer deveria, na avaliação de Agostini, anunciar medidas focadas na redução da máquina administrativa, do número de secretarias de Estado, de cargos comissionados; discutir a arrecadação, que poderia ter como uma das soluções a CPMF; fazer a reforma de programas sociais, com a criação de formas de monitoramento; e iniciar a discussão sobre a reforma da Previdência.

"O PMDB vai tentar resgatar a confiança do empresário e do mercado através dessas e de outras medidas, como a questão do equilíbrio fiscal, que é fundamental, que todo mundo já mencionou. Mas, se ficar só na discussão, se não colocar na prática, o mercado azeda de novo. Ele (o mercado financeiro) não tem amor ao partido, ele tem amor ao dinheiro", ressaltou Agostini.

Mesmo que uma próxima equipe política e econômica consiga avançar nas reformas consideradas necessárias pelo mercado financeiro, não será fácil recuperar a credibilidade perdida com os investidores.

"De fato, o processo (de impeachment) foi desgastante. Em 2015, o Brasil perdeu o grau de investimento. Então, o primeiro caminho vai ser recuperar, mas não será amanhã, nem ano que vem, nem em 2018. Isso só se dará no dia a dia", previu o economista-chefe da agência de classificação de risco.

Segundo Agostini, a expectativa é que o País recupere o selo de bom pagador apenas em 2020. "Até 2018, a gente enxerga o governo ainda muito endividado", disse ele. A outra prioridade seria recuperar a credibilidade moral, abalada pelo segundo impeachment de um presidente brasileiro em pouco mais de duas décadas, mas fundamental para recuperar os investimentos.

"Mas é muito subjetiva (a credibilidade moral), porque não tem como apontar. O tempo vai mostrar se houve amadurecimento ou não do sistema político brasileiro. Isso vai demorar muito mais tempo, porque vai ficar a discussão se (o impeachment) foi legítimo ou não", acrescenta.

Impeachment pouco deve influenciar a dinâmica de preços, diz FGV

19/04/2016 - Fonte: EM.com

Independentemente da aprovação ou não do Senado à abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), a inflação deve continuar desacelerando no Brasil, avalia o superintendente-adjunto de Inflação da Fundação Getulio Vargas (FGV), Salomão Quadros.

Segundo ele, uma mudança de governo pouco deve influenciar a dinâmica de preços, que já tem sido mais benéfica nas últimas semanas.

A inflação pode até ser ajudada por algum efeito de expectativas, mas ela também tem a sua inércia, não é tão flexível", afirmou Quadros. "Além disso, os juros dependem do comportamento da inflação. Ninguém vai mexer muito em muita coisa."

O superintendente ressaltou que, mesmo depois da aprovação do prosseguimento do processo de impeachment ontem pela Câmara dos Deputados, com 367 votos a favor, os rumos da economia ainda são alvo de muita "especulação". "A gente não sabe quem vai assumir a Fazenda (em um eventual governo de Michel Temer), o que vai fazer", afirmou.

"A inflação, a curto prazo, já tem dinâmica de desaceleração. Ela não vai perder isso. Há também um efeito benéfico do câmbio", acrescentou Quadros. Segundo ele, o principal fator positivo da conclusão do processo será a redução das incertezas.

Segundo o especialista, a principal mudança em um eventual governo Temer ocorreria na gestão da política fiscal.

"É uma questão muito complicada de se resolver, não é só ter um bom formulador de política econômica, tem que articular." Mesmo assim, os efeitos benéficos de um quadro fiscal mais saudável sobre a inflação não seriam tão imediato, ressaltou.

O Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, projeta inflação de 7,5% para 2016.

Confiança melhora, mas sustentação depende de política econômica, diz Apas

19/04/2016 - Fonte: EM.com

A confiança dos empresários do varejo de supermercados mostra alguns sinais de melhora depois de ter atingido recorde negativo em janeiro deste ano, avalia a Associação Paulista de Supermercados (Apas).

O gerente de Economia e Pesquisa da entidade, Rodrigo Mariano, considera que o efeito está associado ao cenário político e ao andamento do processo impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas pondera que a sustentação de patamares maiores de otimismo só vai ocorrer se forem anunciadas mudanças na condução da política econômica.

Depois de atingir 72% de pessimismo em janeiro, mais alto nível da série histórica desde 2011, a Pesquisa de Confiança dos Supermercados registrou uma queda nesse indicador em fevereiro. O total de pessimistas atingiu 65%.

Mariano avalia que há uma forte correlação desse indicador com percepções dos empresários sobre a política econômica. O início da deterioração, com o crescimento do pessimismo, se deu em 2013, diante de sinais de piora sobretudo na inflação. Agora, diz, o setor entende que há "uma possibilidade de um novo governo ter apoio do Congresso para começar reformas estruturais".

Ainda assim, o economista não vê grandes mudanças de tendências para a atividade do setor no curto prazo. Os indicadores de desemprego e renda ruins sustentam uma visão ainda frágil para as vendas e, conseqüentemente, para os investimentos.

"Quando houver sinais de redução da inflação de forma estrutural, de aumento de renda ou de desaceleração de desemprego, aí os investimentos voltam a ser realizados, mas hoje ainda não existe a percepção de que isso vai ocorrer", conclui.

Mudança de governo pode favorecer setor elétrico no longo prazo, diz Acend Brasil

19/04/2016 - Fonte: R7

Uma mudança de governo pode trazer frutos positivos para o setor elétrico no médio e longo prazo, porque pode propiciar uma alteração das diretrizes setoriais. A opinião é do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, que considera que o direcionamento imposto pelo atual governo gerou efeitos negativos, como a elevação do risco regulatório e o uso político das estatais.

"As diretrizes adotadas pelo governo atual levaram o setor elétrico a situações de profunda instabilidade regulatória e elevadíssima percepção de risco regulatório", diz o executivo. Ele destaca a publicação da Medida Provisória 579, de 2012, sobre a renovação das concessões, que modificou o setor elétrico sem qualquer discussão prévia, sendo considerada como motivo para o aumento da percepção de risco setorial.

"(A MP) deixou efeitos extremamente danosos, que teriam sido previstos se a discussão fosse feita com transparência antes (da sua publicação)", afirma, citando como exemplo a destruição de valor das empresas estatais, obrigadas a aceitar a renovação antecipada das concessões.

Sales critica também o abandono da meritocracia na gestão dessas empresas. "A falta de respeito aos princípios básicos de governança corporativa nas estatais, que tem sido a tônica presente na quase totalidade delas, foi uma diretriz que, se modificada, poderá trazer bons resultados para as empresas e para o País", diz.

Ainda sobre as estatais, ele comenta sobre a potencial privatização das distribuidoras federalizadas atualmente administradas pela Eletrobras, que poderia ser acelerada.

Tais empresas acumulam prejuízos sucessivos, possuem baixos índices de qualidade de fornecimento de energia e precisam ser capitalizadas. Embora o atual governo tenha passado a falar da venda desses ativos recentemente, até agora muito pouco foi feito nesse sentido.

Curto prazo

No curto prazo, Sales não vislumbra qualquer alteração no direcionamento dado ao governo para questões que têm sido enfrentadas pela gestão atual. "O setor elétrico tem uma inércia que o protege de mudanças abruptas", diz. Segundo ele, os problemas mais eminentes no setor estão sendo tratados e devem continuar sendo encaminhados normalmente.

Ele cita três temas - a sobrecontratação de energia, as dificuldades de expansão da transmissão e a estrutura tarifária das distribuidoras - como sendo prioritários e salienta que eles têm sido discutidos pelo governo.

"Não vejo mudanças abruptas no tratamento dessas três questões, elas estão sendo em alguma medida tratadas e deverão continuar sendo tratadas com a prioridade que requerem, sob pena de criar problemas gigantescos para as empresas e os consumidores de energia", diz.

Como uma disputa de acionistas derrubou a Usiminas

19/04/2016 - Fonte: R7

Em uma manhã de setembro de 2014, o conselho de administração de 10 integrantes da Usiminas se reuniu no nono andar de uma torre de vidro e aço em São Paulo.

Na sala, os membros discutiram sobre a demissão do presidente-executivo e de dois vice-presidentes após auditorias terem determinado que receberam pagamentos excessivos. A batalha dali em diante ficou clara, segundo apurou a Reuters junto a várias pessoas que participaram da reunião.

De um lado, o grupo japonês Nippon Steel, parte da Usiminas desde a fundação da empresa há 60 anos, insistiu na demissão dos executivos.

Em defesa dos executivos ficou a empresa para qual trabalharam antes, Ternium, grupo siderúrgico que é parte do conglomerado ítalo-argentino Techint. A Ternium ingressou no grupo de controle da Usiminas em 2012 para ter presença no maior e mais protegido mercado de aço do continente.

O impasse marcou o agravamento de um conflito entre os dois controladores da Usiminas que só parece estar se resolvendo este ano, após a empresa ser obrigada a pedir suspensão de obrigações financeiras bilionárias junto a bancos e diante da possível divisão da companhia entre os sócios, afirmaram fontes com conhecimento do assunto à Reuters.

Decisões de conselho desde então têm sido marcadas por declarações públicas discordantes mas, diante da gravidade da situação financeira, nesta segunda-feira houve uma rara decisão unânime na aprovação de um aumento de capital de 1 bilhão de reais a ser feito ainda neste semestre.

A mais tensa disputa corporativa vivida no Brasil nos últimos anos foi intensificada por um choque de culturas e suspeitas mútuas sobre contratos com fornecedores, segundo entrevistas da Reuters com uma série de executivos e ex-funcionários da companhia, incluindo membros do conselho de administração, líderes sindicais e advogados.

A Usiminas parou de produzir aço em Cubatão, desacelerou trabalho em minas e demitiu milhares de trabalhadores, em meio a problemas agravados pela pior recessão no Brasil em décadas.

"Foi mais longe do que o senso comum diria para ter ido", disse um ex-membro do conselho de administração da Usiminas sobre o conflito entre Nippon Steel e Techint. Nippon Steel, Ternium e Techint não comentaram o assunto.

Com cerca de 25 mil funcionários a empresa disse que a usina de Cubatão parou temporariamente de produzir aço bruto diante da demanda em queda e que todos os contratos com fornecedores, incluindo os acertados com controladores, passam por processo de tomada de preço. A empresa não respondeu sobre outros assuntos.

TENSÃO INEVITÁVEL

Fontes afirmaram que a tensão foi inevitável desde que a Techint, por meio da Ternium, entrou em 2012 para o grupo de controle da Usiminas, fundada no fim da década de 1950 pelo governo brasileiro para produção de aço plano.

A empresa foi parte relevante da industrialização do Brasil, mas também para a diplomacia do Japão pós-guerra, conforme a empresa que depois se tornou a Nippon Steel transferiu tecnologia, equipamentos e know-how para a Usiminas em um momento em que poucos países abriam suas portas para o Japão.

Quando a Usiminas foi privatizada em 1991, a Nippon Steel se tornou uma de suas maiores acionistas. E a Ternium teve de compartilhar o controle da empresa com o maior grupo siderúrgico japonês quando o grupo Techint aceitou pagar 2,7 bilhões de dólares para ter uma fatia de 27,7 por cento com direito a voto.

A participação embutiu ágio de 83 por cento sobre o preço das ações da Usiminas na época, refletindo as perspectivas de crescimento da economia brasileira e da demanda por aço.

Mas o Brasil desacelerou e estagnou, ficando claro para a Ternium, que tem siderúrgicas no México e na Argentina, pagou caro pelo negócio. O resultado foi uma pressão para melhora da produtividade, com a urgência do novo sócio ficando fora de sincronia com o restante do controle da siderúrgica, disseram várias fontes da empresa.

Com os investimentos iniciais da Nippon Steel amortizados há anos, o grupo japonês tinha menos apetite por mudança radicais.

"Muito do que a Ternium queria fazer precisava ser feito, mas eles tentaram fazer isso muito rápido e sem ter consenso adequado", disse um ex-executivo da Usiminas que trabalhou próximo da nova chefia na época da entrada da Techint.

A Ternium levou seus próprios executivos para tocarem um plano de redução de custos na Usiminas. Argentinos, incluindo o então presidente-executivo Julián Eguren, depois demitido, e mexicanos ganharam postos de alto escalão na siderúrgica.

As mudanças, embora aprovadas pelo conselho, irritaram brasileiros bem como japoneses, que tinham orgulho no treinamento e promoção de mão-de-obra local, segundo fontes simpáticas à Nippon Steel.

Um brasileiro veterano há 25 anos na área de mineração disse à Reuters que pediu demissão porque não suportava o novo chefe vindo da Ternium, afirmando que tinha de ouvi-lo praguejando constantemente e que forçava mudanças que o restante da equipe de gestão não concordava. "Ele era muito mal educado", disse.

Além da equipe, a Ternium estava insatisfeita com o que via como potencial conflito de interesse no relacionamento próximo da Nippon Steel como fornecedora da Usiminas.

Equipamentos fornecidos à siderúrgica brasileira, a maior parte do Japão, eram vistos como sofisticados, mas a Ternium questionava os preços e o momento para a aquisição deles.

A nova gestão da Usiminas argumentava que um novo laminador de tiras a quente poderia ter sido obtido a um custo 30 por cento inferior, segundo o ex-executivo sênior. O equipamento foi comprado por 1 bilhão de dólares pouco antes da Ternium assumir sua fatia na Usiminas.

Por um tempo, as reformas da Ternium na Usiminas pareceram ter dado certo. De julho de 2012 a janeiro de 2014 o preço da ação da Usiminas saltou 150 por cento, com a empresa melhorando geração de caixa e reduzindo alavancagem.

"Faltou humildade de ambas as partes, mas tenho que reconhecer que os japoneses fizeram grandes esforços para uma solução. Tinham aceitado 85 por cento dos temas propostos pela Ternium", disse outro ex-executivo da Usiminas.

Os pagamentos descobertos pelas auditorias, porém, se mostraram inaceitáveis. Fontes simpáticas à Nippon Steel afirmaram que a Ternium se recusou a recuar e aceitar que seus executivos tinham violado termos da Usiminas.

Auditorias internas e externas, conduzidas por Ernst & Young e Deloitte, mostraram que os bônus pagos aos executivos não foram devidamente aprovados, embora os valores considerados como indevidos variem.

Fontes próximas da posição da Ternium afirmam que a Nippon Steel usou uma brecha imaterial de procedimento como justificativa para tomar o controle sobre a gestão da Usiminas no episódio de demissão dos executivos.

A partir daí, os dois grupos racharam, não tendo conseguido concordar em abril de 2015 sobre um novo presidente do conselho da Usiminas, que acabou sendo assumido por Marcelo Gasparino, que representa acionistas fora do grupo de controle.

E com o agravamento da crise da indústria brasileira, a Usiminas passou a ter prejuízos e fluxo de caixa livre negativo.

USINA FECHADA

Numa tarde de outubro em Cubatão, o telefone do prefeito da cidade tocou. Após se apresentar, o presidente-executivo da Usiminas, Romel Erwin de Souza, afirmou que a usina na cidade iria parar de produzir aço, disse o vice-prefeito Fabio Inácio. "Não tivemos tempo para nos preparar", disse.

Em março, a produção da usina tinha parado e cerca de 2 mil pessoas já tinham sido demitidas.

Na sede do sindicato de metalúrgicos de Santos e região, dezenas de trabalhadores faziam fila para acertar recebimento de verbas indenizatórias. O presidente do sindicato, Florêncio Resende de Sá, disse que a categoria foi pega pelo que considera uma batalha entre Argentina e Japão.

"O fechamento da usina resultou de crise de administração, não do aço", disse, esperando que a usina em Cubatão seja reaberta no caso de divisão da Usiminas entre Nippon e Ternium.

Sob tal acerto, a usina da Usiminas em Ipatinga (MG) ficaria com a Nippon e a Ternium ficaria com a unidade em Cubatão, disse uma fonte próxima do assunto no final de março.

Tomando café no aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro, o presidente do conselho da Usiminas, Gasparino, sorri quando é lembrado de uma entrevista concedida à Reuters há cerca de um ano em que esperava mostrar avanços a essa altura.

"Eu viajei para o Japão, foi à Buenos Aires duas vezes. Tentei trazer nova equipe, tentei melhorar a governança, trouxe interessados em compra de ativos." Ele admitiu que seu papel nos próximos 12 meses pode envolver gerir a divisão da companhia.

Porém, para Marcelo Santos, 44, que trabalhou em Cubatão por 20 anos, já é muito tarde. Sentado no sindicato ele se lembra do momento da demissão. "Do dia para a noite, estava tudo acabado"

Rali do preço do minério de ferro deve esgotar-se, diz BMI Research

19/04/2016 - Fonte: R7

Os preços de minério de ferro subiram quase 30% desde o início do ano em função da demanda das fornalhas chinesas, mas o rali está para se esgotar, afirma a BMI Research.

"Enquanto os lucros industriais e a atividade manufatureira cresceram nos últimos meses, as fragilidades estruturais e as dificuldades do governo chinês em enfrenta-las continuarão a agir como um freio sobre a atividade econômica", dizem analistas em relatório.

A consultoria projeta um crescimento real da economia de 6,3% em 2016, ante 6,9% em 2015, e acrescenta que o persistente excesso de aço na China irá colocar fim à alta dos preços do minério de ferro.

Número de empresas endividadas cresceu 2,5% no 1º trimestre, diz Boa Vista SPC

19/04/2016 - Fonte: Paraná Online

A inadimplência das empresas brasileiras subiu 2,5% nos primeiros três meses do ano ante o quarto trimestre de 2015, no cálculo sem ajustes sazonais, informou nesta segunda-feira, 18, a Boa Vista SPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito).

Na comparação com os primeiros três meses de 2015, o indicador apresentou variação positiva de 9,2%.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, o volume de empresas endividadas no País alcançou 9,3%, valor 0,4 ponto porcentual maior do apurado nos quatro trimestres anteriores.

Os dados revelam ainda que, desde o terceiro trimestre de 2015, os níveis de inadimplência estão numa faixa superior a 8%. De acordo com a Boa Vista SPC, o cenário pode ser explicado pela forte incerteza no País, retração da economia, alta da inflação e menor concessão de crédito.

A expectativa da Boa Vista SPC é de que o endividamento dos empresários continue em níveis elevados ao longo dos próximos meses, já que a confiança do setor deve permanecer baixa.

Média diária de exportações cai 5,5% na 3ª semana de abril

19/04/2016 - Fonte: Paraná Online

As exportações brasileiras registraram média diária de US\$ 734 milhões na terceira semana de abril (11 a 17), 5,5% a menos que os US\$ 771,7 registrados até a segunda semana.

Já o fluxo de importação teve alta de 8,4% na média diária, registrando US\$ 549 milhões na terceira semana, contra US\$ 506,5 milhões nas duas primeiras. Os números foram divulgados nesta segunda-feira, 18, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

De acordo com o MDIC, a queda nas exportações foi puxada pela retração de 16,7% nos embarques de semimanufaturados, um recuo de 7% nas vendas de básicos e menos 0,7% nos manufaturados.

No caso dos semimanufaturados, o resultado, que foi de US\$ 103,3 milhões para US\$ 86,1 milhões, foi puxado por resultados de celulose, açúcar em bruto e couros e peles.

Os básicos caíram de US\$ 396,8 milhões para US\$ 369,1 milhões por conta de soja em grãos, petróleo em bruto, carne de frango e bovina e farelo de soja. As vendas de manufaturados foram de US\$ 260,8 milhões para US\$ 259,1 milhões, em razão, principalmente, de tubos flexíveis de ferro ou aço, polímeros plásticos, torneiras, válvulas e partes.

Do lado das importações, o crescimento de 8,4% é explicado principalmente pelo aumento nos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, químicos orgânicos.

Ouro fecha próximo da estabilidade, influenciado por petróleo e bolsas

19/04/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

Os contratos futuros de ouro encerraram o pregão desta segunda-feira, 18, próximo da estabilidade, influenciado pela baixa do petróleo e pela alta das bolsas de Nova York.

Ontem, os países exploradores de petróleo não conseguiram chegar a um consenso em relação ao congelamento da produção, uma medida que tem como objetivo dar impulso aos preços do barril.

Desta forma, na sessão desta segunda-feira, os preços do petróleo caíram e os investidores foram em busca de ativos de segurança, como o ouro.

Por outro lado, as bolsas de Nova York operaram em alta, impulsionadas por notícias corporativas. Com a alta das ações, os investidores se desfizeram de ouro.

Assim, com uma força positiva por um lado e negativa por outro, os contratos de ouro para junho negociados na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), fecharam com variação de +0,03% (US\$ 0,40), a US\$ 1.235,00 a onça-troy

Aprovação do impeachment traz esperança, mas sociedade deve seguir mobilizada, diz Campagnolo

19/04/2016 - Fonte: Agência FIEP



Presidente da Fiep afirma que manifestações populares foram fundamentais para mostrar aos deputados que país precisa de mudanças na maneira como é conduzido.

A aprovação do prosseguimento do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, definido pela Câmara dos Deputados neste domingo (17), é um sinal de esperança em dias melhores para o Brasil.

A afirmação é do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que atribuiu a votação em favor do afastamento à mobilização de uma sociedade insatisfeita com os rumos do país.

Campagnolo acompanhou parte da votação do impeachment na Praça Santos Andrade, principal ponto de manifestação popular em Curitiba neste domingo. "A aprovação do impeachment é um momento histórico, de cidadania, e a Fiep não podia se omitir", disse.

"Desde que a Câmara acatou o pedido de impeachment, e quando o Supremo atestou sua legalidade, temos nos posicionado porque o governo já não tem mais apoio no Congresso e não tem apoio popular. A cada dia que seguimos com este governo é um dia a menos para a recuperação de nossa economia", declarou.

População lotou a praça para se manifestar em favor do afastamento da presidente. O presidente da Fiep destacou ainda a expressiva votação da bancada paranaense pelo impeachment.

No total, foram 26 votos em favor do afastamento da presidente e apenas quatro contrários. "Se isso aconteceu foi graças ao povo que foi às ruas. Conseguimos reverter pelo menos seis votos graças à mobilização da população e ao trabalho dos empresários", disse, referindo-se a uma comitiva de 50 lideranças do setor produtivo paranaense que, neste fim de semana, esteve em Brasília e conversou pessoalmente com alguns dos deputados que representam o Paraná na Câmara.

Para Campagnolo, a sociedade deve continuar mobilizada para cobrar da classe política a adoção de medidas efetivas para que o país supere o impasse político e recupere a dinâmica de sua economia.

"Precisamos continuar com essa mobilização para passar o Brasil a limpo e para que amanhã seja outro dia", disse. "Não se trata de uma questão ideológica, mas a necessidade de colocar uma nova ordem no Brasil. A sociedade civil organizada e o setor produtivo têm ótimas propostas para que o país possa transitar nesse momento de crise. Não vai ser de imediato que vamos superá-la, mas estamos no caminho para transformar o Brasil", concluiu.

Confira no site como votaram os deputados da bancada paranaense:

SIM (favoráveis ao impeachment) – 26 votos:

NÃO (contrários ao impeachment) – 4 votos:

Brasileiros estão mais dispostos a renegociar dívidas

19/04/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

A recessão não teve efeitos apenas sobre o crédito e a inadimplência. O número de renegociação de dívidas em bancos e financeiras acompanhou o mesmo movimento em 2015.

Conforme o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central, as operações saltaram de 5,6% em dezembro de 2014 para 7,8% no mesmo mês do de 2015.

Segundo profissionais da área, os números demonstram não só uma maior disposição dos consumidores em quitar as dívidas, mas também das instituições para receber o dinheiro de volta.

“As dívidas em atraso geram transtornos para os clientes, que deixam de ter acesso ao crédito. Mas, com o aumento da inadimplência, as instituições financeiras também procuram reaver o crédito emprestado”, diz o economista do Serasa Experian Luiz Rabi.

Em março, o número de pessoas que não conseguiram honrar as dívidas chegou aos 60 milhões, segundo o Serasa.

Descontos

Em momentos de dificuldades, é importante que o consumidor encontre formas de economizar e cortar custos. A principal recomendação é ter uma planilha mensal com a relação de gastos e receitas da família, o que facilita o controle das finanças e a descobrir quais são as despesas que mais pesam e que podem ser cortadas ou repensadas no orçamento. Na hora das compras, outra dica é pesquisar bem e não agir por impulso.

O número é o maior da série histórica iniciada em 2012. Em paralelo a isso, as provisões – montante guardado pelos bancos e financeiras para cobrir possíveis perdas com falta de pagamento – aumentaram de 4,9% em dezembro de 2014 para 5,8% no mesmo mês do ano passado, aponta o BC.

Já a inadimplência das carteiras de crédito teve uma elevação de 2,7% para 3,4% e a concessão de empréstimos despencou.

A economista-chefe do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Marcela Kawauti, conta que o consumidor que não conseguiu honrar as dívidas deve adotar uma posição ativa e procurar as instituições financeiras.

Entretanto, antes de negociar é preciso fazer um diagnóstico da situação e ter segurança de que conseguirá bancar os novos gastos. “É importante ter um planejamento e olhar para a situação financeira”, afirma.

O rotativo do cartão de crédito é apontado de forma unânime como a principal fonte da inadimplência. Em março, os juros foram novamente os maiores entre todas as linhas disponíveis, com média de 14,72% ao mês.

Serviço

Em Curitiba, o Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) oferece consulta e renegociação de dívidas com o comércio. De acordo com a gerente de serviços Simone Masucci, em alguns casos, é possível negociar os débitos e fazer os pagamentos à vista ou em até três vezes.

Entretanto, o serviço não realiza o meio de campo com bancos e empresas de telefonia. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (41) 3320-2929.

Para Luiz Rabi, aos consumidores que decidam adquirir um crédito mais barato, a dica é escolher modalidades com parcelas fixas ao mês e não ter vergonha de pedir um desconto às financeiras. "Os bancos estão mais flexíveis na negociação das dívidas do cartão e do cheque especial."

Bom negócio

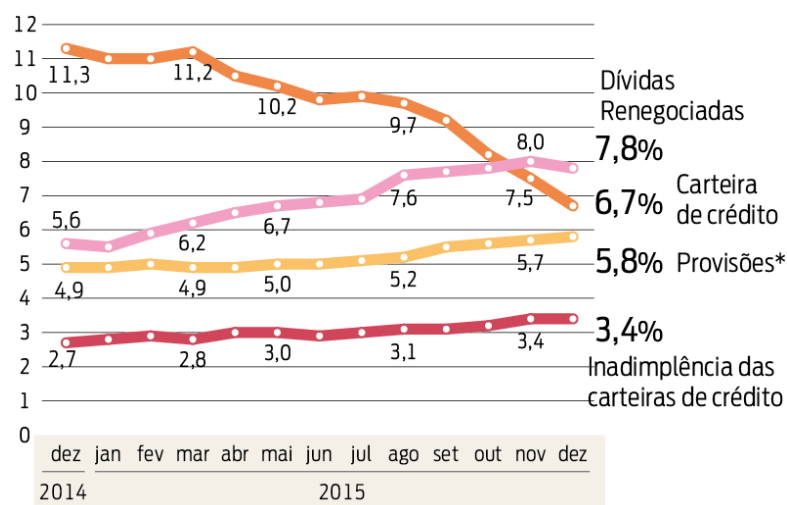
O comerciante Roberto Carlos da Silva (foto) aproveitou o momento de maior flexibilidade dos bancos para renegociar uma dívida no cartão de crédito. Ele conta que todo o trâmite foi feito pela internet, no site da instituição.

Como resultado, o valor total devido, que estava acima de R\$ 2 mil, foi para R\$ 900, pagos em uma única parcela. "Eu entrei no site do banco, que fez a proposta. Esse é um bom momento para negociar as dívidas."



Finanças

As dívidas renegociadas pelos bancos aumentaram em 2015, segundo o Banco Central. O levantamento aponta ainda que as instituições ampliaram as expectativas de perdas com a inadimplência e apertaram as concessões de crédito:



*Montante guardado pelos bancos para cobrir possíveis perdas decorrentes da inadimplência.

Hidrelétrica de R\$ 400 milhões no Paraná será licitada no fim de abril

19/04/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai licitar uma hidrelétrica no Paraná em seu próximo leilão de energia, marcado para 29 de abril. Trata-se da usina de Santa Branca, planejada para o Rio Tibagi, na região dos Campos Gerais.

O projeto foi habilitado nesta segunda-feira (18) para o leilão pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal federal que cuida do planejamento do setor elétrico. Com duas turbinas, Santa Branca terá capacidade máxima de 62 megawatts (MW), potência capaz de abastecer cerca de 180 mil pessoas.

O investimento previsto para a construção é de R\$ 400 milhões, segundo o órgão regulador. Essa estimativa serviu de base para a definição do preço máximo da energia que será gerada pela usina, de R\$ 195 por megawatt-hora (MWh). A empresa que oferecer a menor tarifa, a partir desse teto, ganhará a concessão de Santa Branca.

A usina, situada no município de Tibagi, ficará rio acima da central geradora de Mauá (361 MW), a última hidrelétrica de médio porte construída no Paraná, inaugurada no fim de 2012.

Ao contrário de várias hidrelétricas paranaenses que o governo federal quis licitar – sem sucesso – nos últimos anos, Santa Branca já tem licença ambiental prévia. O documento foi emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 25 de janeiro.

Assim como os demais projetos habilitados para este leilão A-5, o vencedor da concessão terá de colocar a usinas em funcionamento a partir de 2021. O edital aprovado pela Aneel informa que a primeira turbina terá de entrar em operação comercial no mês de janeiro daquele ano e a segunda, em março.

Outros projetos

Além de Santa Branca, a EPE habilitou 13 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) paranaenses para o leilão. No total, 802 projetos de todo o país podem ser licitados.

A fonte dominante da licitação é a eólica, com 693 projetos e uma capacidade total de 17.131 MW. Pela ordem de potência, aparecem a seguir as termelétricas a gás natural (nove projetos, com 7.449 MW), a carvão (cinco projetos, 2.267 MW) e a biomassa (40 projetos, 1.979 MW); as PCHs (52 projetos, 670 MW); e as hidrelétricas (dois projetos, 111 MW). Também foi habilitada uma termelétrica a biogás, com potência de 21 MW

Era da banda larga fixa ilimitada acabou, diz presidente da Anatel

19/04/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A era da internet ilimitada acabou, afirmou João Rezende, presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), nesta segunda-feira (18).

Segundo a agência, não há mais possibilidade para que as operadoras de banda larga fixa ofereçam serviços sem uma limitação, o que obrigará o segmento a migrar para o modelo de franquias, semelhante aos serviços de internet móvel.

Nesta segunda, a Anatel publicou uma medida cautelar obrigando as empresas a levar um plano de comunicação com os usuários para informá-los das franquias, esgotamento de pacotes e mudança de contratos.

Somente 90 dias após a aprovação do plano é que as companhias poderão começar as limitações típicas das franquias.

Nesse modelo, o usuário contrata um volume de dados e a velocidade de conexão. Quando acabam os megabytes do pacote, a operadora suspende o serviço ou diminui a velocidade de conexão.

Segundo a agência, só precisarão apresentar esse plano as companhias que pretendem adotar esse modelo.

“A oferta tem que ser aderente à realidade”, diz Rezende. “Nem todos os modelos cabem a ilimitação total do serviço, porque a rede não suporta”, complementa.

Resende explica que o uso de dados cresceu rapidamente nos últimos anos. A principal explicação está no uso de serviços de transmissão de vídeos, como YouTube e Netflix, e jogos online. “Essa questão do ‘infinito’ acabou educando mal o usuário”, afirma o presidente da Anatel.

As principais empresas do setor já estão mudando para o modelo de franquias. Nos novos contratos da Vivo e da NET, consta a previsão do volume de dados que pode ser utilizado. O presidente da Vivo, Ames Genidh, disse nesta segunda que a cobrança por volume de dados usado é mais justa.

Copel Telecom, TIM, Oi e Algar, concorrentes menores no serviço de banda larga fixa, ainda vendem contratos de internet ilimitada.

Ministério

Na quinta-feira (14), o ministro das Comunicações, André Figueiredo, exigiu medidas da Anatel para que as empresas cumpram os contratos firmados com os usuários. O Ministério das Comunicações temia que as empresas começassem a aplicar as franquias sem alertar os consumidores.

Nas redes sociais, usuários fazem campanha para tentar impedir que as empresas limitem o acesso.

“O ministro ficou preocupado com a repercussão das redes sociais. Foi para dar um equilíbrio na relação com os usuários e segurança aos contratos. A exigência foi feita em um momento que usuários estavam recebendo informações desencontradas. Não estava claro de que forma isso [a aplicação das franquias] aconteceria”, diz Maximiliano Martinhão, secretário de telecomunicações do Ministério.

Apesar da comoção das redes sociais, a Anatel não tem qualquer levantamento sobre quantos usuários chegaram a reclamar sobre o descumprimento de contratos.

“Há dificuldade de identificar uma má qualidade ou se há uma redução da velocidade. Hoje, não é possível afirmar que há reclamações associadas a essa questão”, diz Elisa Leonel, superintendente de relações com os consumidores da Anatel.

Outro lado

As operadoras foram questionadas sobre o futuro de seus negócios. A Oi afirmou, via assessoria de imprensa, que não irá se posicionar, mas que ainda não pratica o modelo de franquias.

A Vivo, que prevê a limitação no serviço em contratos firmados a partir de fevereiro deste ano, afirma que não está aplicando a suspensão do serviço. “Quando e se vier a implantar o modelo de franquia para banda larga fixa, a Vivo fará uma ampla campanha de esclarecimento, em diversos meios de comunicação. Todas os esforços serão feitos para tirar todas as dúvidas dos usuários”, diz em nota.

A TIM Brasil afirma que a empresa não comercializa planos com franquia mensal de dados limitada do serviço TIM Live e não prevê mudanças nas ofertas atuais.

A Algar Telecom, que oferece o serviço para cidades do triângulo mineiro, reafirma que os planos são ilimitados. “A operadora reforça que trabalha para entregar uma conexão de qualidade e não prevê mudanças na oferta desse serviço, a não ser que seja necessário, para garantir mais qualidade aos usuários”, diz em nota.

A NET, uma das líderes na comercialização de internet de banda larga fixa, afirma que não houve qualquer alteração nos planos de banda larga fixa por ela comercializados.

"As condições permanecem as mesmas desde que o serviço foi lançado e estão em total conformidade com as obrigações e regulamentos do setor", afirma por meio de nota.

A Copel Telecom já declarou que não pretende cobrar franquia em seu serviço de banda larga, vendido também pela Sercomtel.

A Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações), afirmou que, como as empresas possuem estratégias comerciais diferentes e, por tanto, posicionamentos diferentes, não irá se posicionar.

Brasil pode precisar aumentar impostos, diz ex-presidente do BC

19/04/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Um dia depois de a Câmara aprovar o pedido de impeachment contra a presidente Dilma, Henrique Meirelles, um dos cotados para a Fazenda em um eventual governo Michel Temer, já a dava a página por virada.

"É importante olhar para a frente", disse o ex-presidente do BC em evento em Nova York nesta segunda (18).

Sobre a possibilidade de assumir a Fazenda, Meirelles disse que "não comenta nenhum tipo de conversa particular". Indicou, contudo, o que faria para "assegurar que o Estado brasileiro recupere a confiança".

O ex-presidente do Banco Central não descarta a hipótese de aumentar impostos, o que "talvez seja necessário, mas claramente temporário".

A lista de Meirelles inclui ainda a reforma tributária. Para ele, o calcanhar de Aquiles do país está mais na complexidade tributária do que no tamanho dessa carga, o que afeta empresas e afugenta investimentos do país.

Sem as reformas necessárias, não espere um PIB fortalecido em dez anos, alertou o presidente do BC.

Na sua apresentação, ele projetou três cenários para a expansão do PIB na próxima década: 1,2% se nada for feito, 2,6% com ajustes básicos e 4% com reformas efetivas.

FUTURO INCERTO

Também presente ao evento organizado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, o secretário de Política Econômica, Manoel Carlos de Castro Pires, disse que é preciso pensar "a curto, médio e longo prazo" e "atravessar a tempestade política para chegar ao verão".

Nomeado pelo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, há quatro meses, Pires disse à Folha que a ordem é "continuar trabalhando", ainda que o futuro da atual administração seja incerto.

"Independentemente da crise, vamos deixar a agenda necessária [para a recuperação da economia]. Os desafios econômicos são os mesmos, seja qual governo for."

O secretário tentava passar algum otimismo para a plateia de investidores. Ele próprio, contudo, elencava dados pífios do desempenho da economia nacional.

Caso se cumpra a previsão de queda do PIB pelo segundo ano consecutivo, após encolhimento de 3,8% em 2015, será um fato inédito desde os anos 1930.

Pires afirmou que era "difícil dar à agenda econômica a importância que ela precisa", mas, assim que a "tempestade" passasse, o governo apresentaria políticas para "retomar o caminho do crescimento", entre elas a reforma da Previdência.

MAIS AUSTERIDADE

Carlos Kawall, economista-chefe do Safra, que também esteve no encontro, pediu "mais austeridade" e menos crédito subsidiado. "Estamos exatamente no tipo de situação pela qual países europeus passaram", disse, lembrando de crises em Portugal e Grécia.

Sugeriu a adoção de medidas impopulares, como redução de salário por meio de jornadas parciais de trabalho.

Para Kawall, a "bala de prata" na crise seria uma emenda constitucional que desse ao governo mais mobilidade para cortar despesas orçamentárias.

IPC-S desacelera em 4 das 7 capitais pesquisadas na 2ª quadrimestre de abril

19/04/2016 - Fonte: EM.com

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou em quatro das sete capitais pesquisadas na segunda quadrimestre de abril em relação à primeira leitura do mês, divulgou a instituição nesta terça-feira, 19. No geral, o IPC-S recuou de 0,48% para 0,45% entre os dois períodos.

Por região, o IPC-S apresentou decréscimo na taxa de variação de preços em Brasília (de 0,40% para 0,37%), Recife (de 0,39% para 0,32%), Belo Horizonte (de 0,35% para 0,18%) e São Paulo (de 0,58% para 0,46%).

Por outro lado, o IPC-S acelerou em Salvador (de 0,21% para 0,28%), Porto Alegre (de 0,85% para 0,89%) e no Rio de Janeiro (de 0,29% para 0,32%).

Mercado sinaliza apoio a possível governo Temer se houver reformas

19/04/2016 - Fonte: EM.com

O impeachment da presidente Dilma Rousseff é bem visto pelo mercado financeiro e por representantes do setor produtivo em várias áreas, mas não garante a retomada da confiança dos investidores.

Para o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, uma vez aprovado o impedimento de Dilma no Senado, o novo governo teria que se sentar numa roda de negociação com líderes de todos os partidos apoiadores do processo, mostrando coesão em torno de um novo projeto para o país.

"Foi isso que o PT não fez e que talvez tenha sido o grande erro deles. O PMDB viu que tem que ser dessa forma", opinou.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou, ontem, em queda, sob os efeitos do resultado da votação do impeachment na Câmara. Principal indicador das ações mais valorizadas, o Ibovespa encolheu 0,63%, aos 52.894 pontos. Neste mês, houve alta de 5,67% e no ano a bolsa se valorizou 22,02%. O dólar comercial encerrou o pregão cotado a R\$ 3,5972, perfazendo aumento de 2,08%.

Um eventual governo Temer também não terá aval sem o anúncio de reformas, ainda na avaliação de Alex Agostini, da Austin Rating. "A sinalização (do impeachment da presidente) tende a ser positiva. O mercado vai dar mais um voto de crédito, mas o governo precisa fazer reformas", disse o analista.

Ele espera medidas focadas na redução da máquina administrativa, do número de secretarias de Estado, de cargos comissionados; soluções para aumentar a arrecadação, a exemplo da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); reforma de programas sociais, com a criação de formas de monitoramento; e o início da discussão sobre a reforma da Previdência.

A aprovação de reformas estruturais que limitem os gastos públicos, reduziu a rigidez do Orçamento e contenham os desequilíbrios na Previdência são urgentes, da mesma forma, para o representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), Otaviano Canuto, e o economista José Márcio Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Eles avaliam, ontem, durante seminário sobre o Brasil organizado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA em Nova York, que corrigir o desequilíbrio das contas públicas será o principal desafio do país no período posterior à votação do impeachment, seja qual for o resultado da decisão do Senado sobre o futuro de Dilma.

"Precisamos de um choque fiscal", afirmou o economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall. Sua receita foi uma das mais radicais entre as apresentadas durante o seminário: aprovação de reformas constitucionais que estabeleçam teto para os gastos públicos, acabem com a rigidez do Orçamento, eliminem a indexação de aposentadorias e permitam a redução de salários de funcionários públicos estaduais, com a correspondente diminuição da jornada de trabalho.

No varejo, a confiança dos empresários do ramo de supermercados mostra alguns sinais de melhora depois de ter atingido recorde negativo em janeiro deste ano, de acordo com a Associação Paulista de Supermercados (Apas).

O gerente de Economia e Pesquisa da entidade, Rodrigo Mariano, considera que o efeito está associado ao cenário político e ao andamento do processo impeachment da presidente Dilma, mas pondera que a sustentação de patamares maiores de otimismo só vai ocorrer se forem anunciadas mudanças na condução da política econômica.

Depois de atingir 72% de pessimismo em janeiro, mais alto nível da série histórica desde 2011, a Pesquisa de Confiança dos Supermercados registrou queda para 65% em fevereiro.

O presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Luiz Carlos Corrêa Carvalho, afirmou, por sua vez, que o setor tem "boa impressão" em relação à figura do vice-presidente Michel Temer. "Ele é o oposto da Dilma. Acho que, com ele, a relação entre Congresso e Executivo vai melhorar muito".

Programas sociais O eventual impeachment da presidente Dilma Rousseff pode ter impacto direto no programa habitacional Minha casa, minha vida, de subsídio a moradias populares.

Executivos que atuam no segmento de baixa renda acreditam que a possível chegada de um novo governo pode resultar no congelamento de parte da iniciativa, que já

entregou 2,6 milhões de residências desde 2009. Alguns agentes, que preferem não se identificar, estão considerando reter investimentos até que haja sinal claro sobre a continuidade do benefício.

Inflação independente

Com ou sem aprovação do Senado à abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a inflação deve continuar desacelerando no Brasil, avalia o superintendente-adjunto de Inflação da Fundação Getulio Vargas (FGV), Salomão Quadros. Segundo ele, uma mudança de governo pouco deve influenciar a dinâmica de preços, que já tem sido mais benéfica nas últimas semanas.

O Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, projeta inflação de 7,5% neste ano. "A inflação pode até ser ajudada por algum efeito de expectativas, mas ela também tem a sua inércia, não é tão flexível", afirmou Quadros. "Além disso, os juros dependem do comportamento da inflação. Ninguém vai mexer muito em muita coisa."

Usiminas espera aporte de R\$ 1 bilhão em junho

19/04/2016 - Fonte: EM.com

A Usiminas deverá receber em meados de junho os recursos provenientes de aumento de capital no valor de R\$ 1 bilhão, aprovado ontem pelos acionistas da companhia mineira em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada na capital mineira.

O aporte, que será feito por meio da emissão de 200 milhões de ações ordinárias, é esperado como saída para a recomposição do caixa da empresa, afastando as pressões por um pedido de recuperação judicial, e condição de um programa de renegociação das dívidas da siderúrgica em curso com bancos credores.

Os acionistas têm prazo, agora, de um mês para fazer a subscrição das novas ações, ao preço de R\$ 5 por nova ação. Defensor da capitalização, o grupo japonês Nippon Steel & Sumitomo, que compartilha com o ítalo-argentino Ternium/Techint o controle da empresa, se comprometeu a subscrever as ações ordinárias decorrentes tanto do exercício do seu direito de preferência quanto de eventuais sobras, até o limite de R\$ 1 bilhão.

A aprovação do aumento de capital era necessária para que as principais instituições financeiras credoras da Usiminas congelassem a dívida da siderúrgica por 120 dias.

A suspensão da cobrança foi acertada em 17 de março, quando oito bancos firmaram com a empresa um instrumento legal chamado 'Acordo Standstill', que prevê a suspensão da exigência de pagamento do montante principal dos débitos, assim como o cumprimento de índices financeiros definidos em contratos. A Usiminas deve quase R\$ 8 bilhões, relativos, em boa parte, a um grande pacote de investimentos – feitos entre 2008 e 2014.

Em nota enviada ontem ao Estado de Minas, a diretoria da Usiminas informou estar trabalhando "com foco em liquidez e credibilidade", no processo de renegociação de suas dívidas.

"Paralelamente ao aporte aprovado em AGE na data de hoje (ontem), a Usiminas está negociando a utilização de recursos em caixa da subsidiária Mineração Usiminas e implantando um conjunto de medidas internas, tais como: contenção de investimentos, controle do capital de giro, redução das despesas gerais e administrativas, ajuste da capacidade produtiva à demanda do mercado e busca por venda de ativos não estratégicos", diz a nota.

Com base no cronograma da operação esperado, os recursos deverão ingressar na companhia em cerca de dois meses. O presidente do conselho de administração da companhia, Marcelo Gasparino da Silva, disse ao EM que a aprovação do aporte de capital foi uma grande vitória, em razão da presença de acionistas na AGE que representam 82% do capital votante da Usiminas e 7,5% das ações preferenciais de emissão da empresa.

“Isso evidencia confiança de que a companhia, por meio de seus administradores e corpo funcional, poderá reverter o cenário de crise que vem afetando a Usiminas”, afirmou.

Fonte próxima da siderúrgica ouvida pelo EM considerou, ontem, que a aprovação do aumento de capital dá nova perspectiva à Usiminas, sob consenso dos acionistas, inclusive os controladores Nippon Steel e Ternium, em conflito.

“A partida foi dada”, disse. Os atuais acionistas têm o direito de preferência resguardado para a aquisição das novas ações a serem emitidas, fora do bloco de controle, pelo prazo de 30 dias a contar da divulgação do “Aviso aos Acionistas”.

Ilusões do mercado financeiro com o governo Temer

19/04/2016 - Fonte: G1

O mercado financeiro alimenta expectativas ilusórias sobre a capacidade de Michel Temer promover na Presidência da República, coadjuvado por um nome de peso no Ministério da Fazenda, reformas estruturais de grande impacto e complexidade.

O alerta é do ex-ministro Máílson da Nóbrega, um experimentado administrador da área pública e atual consultor privado, que não enxerga espaço político para aprovação de propostas de mudança constitucional no período de mandato que Temer poderá ter pela frente. É ilusão também, segundo ele, imaginar que o atual vice-presidente poderá reeditar a experiência de Itamar Franco no cargo.

Essa percepção pouco realista das condições políticas em que deve se dar a sucessão da presidente Dilma Rousseff justifica-se pelo fato de o mercado financeiro ser pouco afeito ao funcionamento do sistema político brasileiro, e pela “visão autoritária” que Máílson da Nóbrega identifica nos seus agentes.

Longe de contar com gestos grandiloquentes e de grande repercussão, ele recomenda que seria mais adequado a Temer imaginar soluções factíveis e que não tivessem impacto relevante no orçamento público. É o caso típico das concessões à iniciativa privada na área de infraestrutura, que podem dar novo vigor aos investimentos no Brasil.

O ex-ministro reconhece que o ambiente de negócios vai melhorar no país, se confirmado o afastamento da presidente Dilma Rousseff do Palácio do Planalto, depois de vencida uma etapa de governo “pior do que se imaginava”, de acordo com suas palavras.

O cenário oposto, de permanência da presidente, representaria manter as incertezas atuais na área econômica e condenar o governo a uma virtual paralisia, sem condições políticas de administrar o país. Mas isso não significa que a simples ascensão de Michel Temer ao cargo de presidente poderá ser suficiente para materializar as mudanças reivindicadas pelo setor empresarial.

Todas as medidas que as entidades empresariais estão propondo, insistiu Máílson da Nóbrega na conversa de hoje com o blog, requerem mudanças constitucionais aprovadas por quórum qualificado do Congresso Nacional.

O próprio programa econômico divulgado pelo PMDB em outubro do ano passado, intitulado "Uma ponte para o futuro", contém ideias que ele considera adequadas, mas que não passam no teste da realidade. Pretender realizar reformas constitucionais em um governo de transição como o que caracterizará a provável passagem de Temer no Planalto, e em meio a pressões de grupos corporativismos poderosos, pode ser o caminho mais curto para o fracasso de sua gestão.

Sem contar que o partido de Temer, o PMDB, tem no seu DNA não uma visão liberal como a que foi expressa no documento econômico apresentado por uma parcela da legenda, mas sim o velho ideário intervencionista e estatizante que predomina no Congresso Nacional.

Não por acaso as propostas foram torpedeadas por nomes tradicionais do PMDB. A defesa de uma queda voluntarista nas taxas de juros é um dos traços dessa cultura arraigada, que une tanto os peemedebistas como integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Atuar politicamente nessa realidade requer mudanças profundas na visão de mundo dessas lideranças partidárias, sob pena de fracasso na tramitação de propostas no Congresso.

Discurso político

Um exemplo disso seria a tentativa de desvincular as receitas destinadas à área de educação, o que esbarraria em um conjunto de forças políticas representadas pela corporação dos professores, por intelectuais e outros grupos capazes de exercer pressão irresistível sobre o governo.

Como ele lembrou, está cristalizada no país a noção de que é possível ter educação de maior qualidade à medida que se gastar mais com o setor. Tentar a desvinculação de receitas, nesse contexto, sujeitará Temer e seus aliados à acusação de neoliberalismo e insensibilidade à questão social – um discurso sob medida para a oposição que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende liderar no novo momento político.

Outra perspectiva ingênua mencionada por Máílson da Nóbrega está relacionada à realização de uma reforma tributária nesse momento. Para um governo sem capital político proveniente de uma eleição direta e recente, e que seria necessário para mudar os padrões culturais e políticos predominantes, uma tentativa nessa direção estaria também fadada ao fracasso.

Com a experiência de quem participou de uma comissão para discutir a reforma tributária há cerca de 33 anos, quando ocupava uma secretaria no Ministério da Fazenda, Máílson da Nóbrega lembra que não é fácil colocar em prática mudanças nessa área complexa e intrincada.

Para se ter uma ideia do universo de que se está tratando, nada menos do que cinco a dez alterações por semana são realizadas no Brasil no âmbito da legislação do ICMS, o principal tributo estadual, que é manejado por governadores de estado de forma errática e constante.

Para tentar reformar uma área assim, que envolve 27 diferentes legislações estaduais, é preciso que o governo federal tenha enorme capacidade de convencimento e articulação junto aos governadores e ao Congresso. O mesmo pode ser dito em relação à reforma política, que costuma ser taxada por vozes acadêmicas e empresariais como "a mãe de todas as reformas".

Para tudo isso seria preciso também ter tempo, uma mercadoria relativamente escassa para Temer, que deverá contar com cerca de dois anos de mandato efetivo, antes que a campanha eleitoral de 2018 tome conta de tudo.

Ou seja, como insistiu o ex-ministro, não basta ter vontade política e nomes de relevo em cargos estratégicos da nova administração que se prepara para assumir o país, como supõem as lideranças empresariais privadas e o mercado financeiro. Isso não é garantia suficiente de sucesso na dura realidade do exercício da administração federal. O mais prudente seria Temer ater-se ao que efetivamente poderá realizar para recuperar a confiança dos agentes econômicos e reativar a economia do país.

Concessões

O melhor caminho para isso, na sua avaliação, seria a opção pelo incremento das concessões à iniciativa privada na área de infraestrutura, desde que removidos os critérios e modelos que Dilma Rousseff tentou implantar na área.

Seria deixada de lado, por exemplo, a prioridade ao princípio da modicidade tarifária que balizou o programa de concessões durante todo o primeiro mandato da presidente da República, permitindo que a vitória nos leilões seja conferida à proposta mais competitiva.

A experiência fracassada nos primeiros anos de governo da presidente pode dar lugar, em novas condições regulatórias, ao deslanche de projetos capazes de mobilizar recursos significativos, que sobram no mundo, e com impacto positivo no emprego.

Com tudo isso, o ex-ministro acha que ainda será necessário que Michel Temer cuide de convencer os empresários a aceitar a recriação da CPMF, que seria o melhor caminho para recompor receitas da União enquanto se procura reorganizar as contas públicas e encaminhar o processo político no seu curso normal.

O desafio para Temer, nesse caso, será persuadir as entidades empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a abrir mão da bandeira política empunhada contra o retorno da contribuição sobre movimentação financeira, e que animou a conhecida campanha "Não vou pagar o pato", identificada com o movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Uma nova administração no Palácio do Planalto terá que se mover com cuidado, portanto, para não se desgastar rapidamente e perder condições de governabilidade. Maílson da Nóbrega lembra os equívocos cometidos pela presidente Dilma Rousseff na tentativa de manter-se no cargo.

Um dos mais notórios, segundo ele, foi acolher no Palácio do Planalto, nas últimas semanas, discursos de lideranças dos movimentos sociais que ameaçaram intensificar as invasões de terra como método de luta política. O resultado foi a perda total de apoio na numerosa bancada ruralista na Câmara dos Deputados, o que foi decisivo na votação de ontem do pedido de impeachment.

Governo afirma que salário mínimo de R\$ 946 não representará aumento real

19/04/2016 - Fonte: R7

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou na internet o Projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) 2017. Na sexta-feira (15), quando a proposta foi enviada ao Congresso Nacional, os ministros da Fazenda, Nelson Barbosa, e do Planejamento, Valdir Simão, já haviam divulgado parte do conteúdo. O projeto explicita que o salário mínimo previsto para 2017, de R\$ 946, não representará um aumento real ante os R\$ 880 pagos hoje.

"Vale salientar que, para 2017, não haverá correção real do valor do salário mínimo, pois essa [correção] corresponde ao crescimento real do PIB [Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos em um País] em 2015, que foi de - 3,85%", diz a proposta do governo.

O trecho refere-se à fórmula para cálculo da remuneração mínima da economia, vigente até 2019. Segundo a fórmula, o salário mínimo é reajustado pela inflação do ano anterior, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais a variação do PIB dois anos antes.

O projeto da LDO 2017 também conta com recursos que viriam da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) para o próximo ano, conforme já haviam adiantado os ministros. O governo prevê a arrecadação de R\$ 33,24 bilhões em receitas com a CPMF, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 140/2015, que prevê a recriação do tributo, seja aprovada pelo Congresso.

A proposta prevê ainda aumento permanente de receita de R\$ 21,4 bilhões em razão do crescimento real da atividade econômica, levando-se em conta projeções de expansão de 1% do PIB; de 9,85% das vendas de veículos; de 15,67% no volume de importações; de 8,31% no volume de aplicações financeiras e de 4,1% nas vendas de bebidas.

O governo também espera aumento de R\$ 3,078 milhões na arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em decorrência da elevação das alíquotas sobre sorvetes, cigarros e chocolates. Conta ainda com R\$ 336 milhões da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), devido à redução da desoneração de computadores em 2016 com impacto em 2016.

Por outro lado, há expectativa de redução de R\$ 7 milhões nas contribuições do PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e de R\$ 2,025 milhões na arrecadação da contribuição para RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

No total, descontadas as transferências aos entes federados e ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o aumento permanente de receita total em 2017 será de R\$ 48,6 bilhões, afirma o governo.

O projeto da LDO prevê meta fiscal 0 para o Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) em 2017. No entanto, prevê a possibilidade de um abatimento de R\$ 42 bilhões em frustração de receitas e R\$ 23 bilhões em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesse caso, haveria déficit de R\$ 65 bilhões.

Microempreendedor já pode usar residência para sediar sua empresa

19/04/2016 - Fonte: PEGN

A partir desta terça-feira (19), o microempreendedor individual (MEI) poderá usar o endereço da própria casa como sede da empresa. A liberação vale somente nos casos em que a atividade não precisar de um local próprio para ser exercida.

A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta terça a alteração na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, acrescentando essa permissão.

O projeto de lei com a autorização havia sido aprovado por unanimidade tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

A medida tem como objetivo facilitar a adesão de microempreendedores ao Simples Nacional, regime tributário simplificado para empresas de pequeno e médio porte.

Atualmente, leis estaduais costumam vetar o uso do endereço residencial para o cadastro de empresas. A lei federal sobre o tema não impedia o cadastro nesses casos.

O relator da proposta, senador Blairo Maggi (PR-MT), defendeu que o projeto facilitará a vida dos pequenos empreendedores. "É racionalmente e economicamente viável que o empreendedor utilize a sua própria residência para o exercício de sua atividade empresarial, com substancial economia de recursos", diz Maggi, no relatório.

"É de conhecimento geral o fato de os pequenos empreendedores corriqueiramente fazerem uso de suas próprias residências para o exercício de suas atividades profissionais, as quais, muitas vezes, não dependem de um local específico muito elaborado ou sujeito a pré-requisitos operacionais", afirmou.

Confiança deve seguir baixa em eventual governo Temer, diz Reuters

19/04/2016 - Fonte: PEGN

O provável impeachment da presidente Dilma Rousseff não deve causar um choque de confiança ou mais quedas imediatas do dólar frente ao real, mostrou pesquisa da Reuters realizada nesta segunda-feira (19), diante do cenário de fraca atividade econômica.

A eventual presidência de Michel Temer, que cumpriria o mandato de Dilma até 2018 caso ela seja de fato afastada, provavelmente também será marcada por desemprego alto e déficits do orçamento, segundo a maioria das projeções na pesquisa.

"As coisas nos Brasil são muito mais problemáticas do que parecem", disse economista da 4Cast para a América Latina, Pedro Tuesta. "A mudança de governo é uma condição necessária, mas está de longe de ser suficiente."

Vinte economistas de bancos e consultorias no Brasil e no exterior participaram do levantamento, feito após a aprovação da abertura do processo de impeachment de Dilma pela Câmara dos Deputados na noite passada. Agora, o Senado julgará o processo.

Metade dos consultados espera que a confiança empresarial comece a subir de forma sustentada apenas no quarto trimestre deste ano, e três veem essa recuperação somente em 2017. O desemprego, que subiu com força em meio à recessão, deve começar a cair apenas em 2018 ou depois, segundo 11 dos entrevistados.

"Não será uma retomada da confiança em V," resumiu o economista-chefe da Icatu Vanguarda, Rodrigo Melo.

Déficit à frente

Temer provavelmente não será capaz de reverter o déficit primário do governo neste ano e no próximo, segundo a pesquisa. Onze economistas esperam superávit em 2018, mas sete acreditam que o governo comece a fechar as contas somente num futuro governo, a partir de 2019.

Os resultados da pesquisa contrastam com o otimismo do mercado conforme o processo de impeachment se acelerava no começo do ano. O dólar, que caiu cerca de 10% este ano até sexta-feira passada, deve voltar a subir para terminar 2016 a R\$ 3,73, segundo a mediana das expectativas na pesquisa. Nesta sessão, subiu mais de 2%, a R\$ 3,5972.

"As grandes reformas estruturais necessárias não serão aprovadas. Mas há outras medidas fora do Congresso que já seriam positivas", disse o estrategista do Barclays Bruno Rovai. "Ele consegue ir empurrando se a inflação cair. Com inflação em baixa, a trajetória da dívida não é explosiva."

Os economistas na pesquisa disseram que Temer provavelmente começaria o governo com cortes de gastos e redução do crédito subsidiado por bancos públicos.

Aumentos de impostos também são prováveis, mas podem levar mais tempo enquanto Temer busca consolidar alguma popularidade, alguns economistas disseram.

"A estratégia vai ser primeiro demonstrar que o governo está empenhado em fazer o maior esforço possível para cortar na própria carne, para depois, se necessário, começar a discussão sobre a necessidade de aumento de impostos," disse o estrategista-chefe para América Latina do Mizuho, Luciano Rostagno.

Produção de minério de ferro da Rio Tinto sobe 13% no 1º tri de 2016

19/04/2016 - Fonte: Extra

A mineradora australiana Rio Tinto informou que sua produção global de minério de ferro teve alta de 13 por cento no primeiro trimestre de 2016 ante o mesmo período do ano anterior, para 84 milhões de toneladas.

A Rio Tinto espera que suas exportações globais de minério de ferro fiquem em cerca de 350 milhões de toneladas em 2016, a partir de suas operações na Austrália e no Canadá.

eSocial é o Facebook do mundo do trabalho

19/04/2016 - Fonte: UOL

O eSocial é um modelo de gestão, construído com a sociedade e com entes tão distintos no Governo, e a participação do Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação é crucial para a iniciativa dar os resultados esperados, diz o coordenador do projeto no Ministério do Trabalho, José Alberto Maia.

"O eSocial é um mercado de trabalho crucial para as empresas de TI no Brasil, uma vez que ele vai reunir dados de todos os trabalhadores do país", sustenta Maia. O eSocial também inaugura uma nova forma de comunicação com o Estado.

"Não é uma simples declaração. É uma comunicação nova que vai estabelecer uma interação diferente, como o foi a Nota Fiscal Eletrônica. Aliás, o eSocial é uma nova NFe. A ideia é simplificar. Desburocratizar. Na verdade, o eSocial é o Facebook do mundo do Trabalho. Vai reunir os dados de todos", acrescenta Maia.

O auditor do Ministério do Trabalho participou do Seminário de Políticas Públicas & Negócios, realizado pela Brasscom, em Brasília. Maia disse ainda que a nova etapa do eSocial, com o ingresso das grandes pessoas jurídicas (com faturamento superior a R\$ 78 milhões em 2014) será novamente adiada. Ainda há dificuldades na conclusão do programa, especialmente na definição de quais serão as informações coletadas – e que, por isso, terão seus respectivos campos no leiaute do sistema.

"O cronograma está sendo repactuado. Pretendemos fechar um novo calendário, mais factível e seguro, até o final de abril. Teremos um período, a princípio de até seis meses, para que as empresas possam testar suas soluções. Tudo indica que ficará para 2017", destaca o coordenador do projeto do eSocial, José Alberto Maia.

Estratégia de Temer envolve diálogo com CNI e Fiesp

19/04/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

O vice-presidente Michel Temer vai passar a semana em São Paulo para acertar a estratégia de seu governo após a Câmara autorizar a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Depois de dedicar os últimos dias para negociar em Brasília com deputados votos pelo afastamento da petista, o peemedebista quer ampliar contatos com agentes do setor produtivo e empresarial.

Ciente de que não terá muito tempo para dar respostas à crise, ele estuda a formação de um Ministério que lhe dê respaldo político imediato. Para tanto, quer consultar sociedade civil, mercado e partidos do Congresso. A avaliação é a de que se desenha a busca por um programa com base consensual.

Temer e seu grupo vão intensificar as conversas com representantes de vários setores a fim de coletar o sentimento e as sugestões de propostas para tirar o País da crise. Na lista de interlocutores estão entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Na relação com o empresariado, o vice também deve contar com ajuda do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que é filiado ao PMDB e foi candidato a governador de São Paulo pelo partido em 2014. O dirigente deverá ser, no entanto, um empecilho para qualquer proposta de aumento de tributos. Em 2015, a Fiesp liderou uma campanha contra a recriação da CPMF.

Programa

A formulação de um novo programa de governo será realizada simultaneamente aos desdobramentos do processo de impeachment no Senado. Conforme revelou o Estadão.com.br, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), trabalha com a possibilidade de a votação no plenário ocorrer apenas em setembro.

A expectativa de parte da cúpula do Senado é de que a Comissão Especial que tratará sobre o tema finalize as atividades em 10 de maio. Renan entende que é preciso ter "cautela" e que o trâmite do impeachment na Casa deve seguir estritamente o que prevê o regimento.

No grupo de Temer, a avaliação é de que, até a votação da Comissão Especial, é preciso construir credibilidade perante os agentes econômicos e adquirir o mínimo de popularidade para conseguir tomar as medidas que são necessárias para o controle da crise econômica.

Entre as ideias já aventadas pelo vice estão a redução e a fusão de ministérios. Trata-se de uma proposta antiga do PMDB, mas que sempre enfrentou dificuldades de ser aplicada, pois os partidos não querem ceder.

Um aliado de Temer que já ocupou cargo no Ministério de Dilma defende que o PMDB ceda espaço aos aliados. "O PMDB terá a Presidência da República, não pode ter tudo. Caso contrário, cometerá o mesmo erro do PT", avaliou. Ele lembrou ainda que, para passar na Câmara, o impeachment contou com o voto de 19 partidos.

Temer e seus aliados acreditam que o governo e o PT ainda podem atrapalhar se conseguirem "equilibrar o debate" com a sociedade. A crise econômica é muito "aguda" e ele precisará "tomar medidas impopulares" num momento de "conflagração política".

Comunicação

Nesse sentido, o vice vai investir numa estratégia de comunicação para convencer a imprensa internacional de que um eventual governo dele é "legítimo e constitucional". Ontem, em São Paulo, Temer se reuniu com o ex-ministro Moreira Franco para discutir o assunto. Ele levou para a conversa o ex-ministro Thomas Traumann (Secretaria de Comunicação).

A ideia é marcar uma série de entrevistas com veículos internacionais, nos moldes do que fizeram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff antes da votação do processo de impeachment na Câmara.

Hyundai Motor e Cisco fazem parceria para tecnologia de carro conectado

19/04/2016 - Fonte: DCI

A Hyundai Motor afirmou nesta terça-feira que vai se aliar com a Cisco Systems para desenvolver tecnologia de carro conectado, parte da estratégia da montadora sul-coreana de veículos para desenvolver "computadores de alta performance sobre rodas".

O vice-presidente do conselho da Hyundai, Chung Eui-sun, reuniu-se com o presidente-executivo da Cisco, Chuck Robbins, em Seul e ambos acertaram acordo para o desenvolvimento de tecnologia de rede em veículos capaz de transferir grandes quantidades de dados em alta velocidade.

"A cooperação é parte da estratégia mais ampla da Hyundai em estabelecer uma plataforma de carro conectado líder por meio da colaboração com grandes parceiros de tecnologia", disse a companhia em comunicado.

Outras montadoras de veículos também estão desenvolvendo parcerias com empresas de tecnologia. Entre elas está a parceria da Toyota com a Microsoft, focada no desenvolvimento de serviços de veículos conectados à Internet.

China já fez "mais do que o suficiente" para reduzir capacidade siderúrgica, diz ministério

19/04/2016 - Fonte: DCI

A China já fez "mais do que o suficiente" para reduzir capacidade do setor siderúrgico, afirmou nesta terça-feira o porta-voz do Ministério do Comércio do país.

Questionado sobre que medidas o governo chinês tomará após o fracasso na reunião da indústria em Bruxelas realizada na segunda-feira, o porta-voz Shen Danyang afirmou a jornalistas: "a China já fez mais do que o suficiente. O que mais vocês querem que nós façamos?"

A China e outros grandes produtores de aço do mundo não conseguiram alcançar um acordo na segunda-feira sobre medidas para combater a crise no mercado siderúrgico global, com ambos os lados discordando sobre as causas do excesso de capacidade no setor e se Pequim está contribuindo com a sobrevivência de empresas deficitárias.

O porta-voz comentou ainda que a China vê grande potencial para crescimento da demanda doméstica por aço. Segundo ele, a fraqueza da economia e encolhimento da demanda global por aço são o principal problema ligado ao excesso de oferta do setor no mundo.

Shen acrescentou que protecionismo comercial não é produtivo.

Para analistas, a CPMF deverá ser uma das primeiras medidas

19/04/2016 - Fonte: Portal Contábil

O primeiro passo que deveria ser dado em um eventual governo Michel Temer para superar a crise econômica, caso o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff autorizado pela Câmara seja aceito pelo Senado, é reconstruir alianças

políticas e fortalecer a articulação com o Congresso, principais falhas da presidente no segundo mandato.

Para economistas, esse é o ponto de partida para fazer avançar uma longa agenda de ajustes que, no entanto, não difere muito do que vem sendo apresentado pela atual equipe econômica.

A medida mais viável no curto prazo, ainda que não suficiente para restabelecer a ordem fiscal, seria aprovar a recriação da CPMF, já enviada ao Congresso pelo governo Dilma. Para convencer a sociedade e ganhar apoio parlamentar, a alta de impostos precisa vir acompanhada de cortes "na carne", dizem analistas, sejam eles em investimentos, no número de ministérios ou até em programas sociais.

Os economistas também apontam a necessidade de mudar a equipe econômica, com trocas no Planejamento, na Fazenda e no Banco Central. Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, "a equipe que parece estar sendo montada será uma que buscará melhorar a produtividade, algo que foi insistentemente esquecido nos últimos anos".

Segundo ele, a troca de liderança e o maior espaço para articulação política se traduzem em mudanças de expectativa importantes no curto prazo, afirma. "Foram tantos erros acumulados nos últimos anos no 'micro' e na 'macro' que, ao montar uma equipe de boa qualidade, as soluções vão aparecendo."

Para os economistas, porém, mesmo que Temer seja bem-sucedido em melhorar a articulação política e aprovar o ajuste fiscal tarefa que deve encontrar bastante dificuldade, a retomada da economia deve ser modesta e insuficiente para obtenção de superávit primário nas contas públicas no ano que vem.

"O déficit deste ano, na melhor das hipóteses, vai ser de 2% do PIB e temos uma alta de gastos 'contratada' de uns R\$ 100 bilhões, entre aumentos do funcionalismo e reajuste da Previdência", comenta Mansueto Almeida, especialista em finanças públicas. Se o governo conseguir inverter o sinal e reduzir um pouco o déficit, afirma ele, já será uma vitória.

Para ele, há pouco que se possa fazer para reverter essa trajetória no curto prazo "Temos crescimento real da despesa e arrecadação em queda. Como mudar isso no curto prazo? Só com carga tributária, e não é certo que governo Temer tenha força política para eventual CPMF", diz ele. Mansueto avalia que o melhor caminho seria anunciar um pacote de reformas, com prazos para envio e aprovação dos projetos no Congresso. "

As prioridades, diz, seriam dar solução definitiva ao impasse no projeto de alongamento da dívida dos Estados; estabelecer idade mínima para aposentadoria, com regra de transição; simplificar o sistema tributário, reduzindo o número de impostos; e fortalecer as agências reguladoras, para fazer deslanchar o programa de concessões de projetos para iniciativa privada. Com esse conjunto, o governo também poderia tentar recriar a CPMF, ainda que com alíquotas decrescentes, para reforçar o caráter transitório da contribuição.

Para Juan Jensen, economista-chefe da 4E Consultoria, além da agenda de longo prazo, que deveria ser apontada já no discurso de posse, um novo governo vai precisar apresentar também medidas mais imediatas, tanto no lado da receita quanto na despesa.

Além da CPMF, diz, outra ação do lado da arrecadação pode ser o aumento da Cide sobre combustíveis, que não depende de aprovação no Congresso. "Outra questão é revisar alguns dos programas sociais. Não o Bolsa Família, mas outros, como o PAC,

seguro-defeso. Há uma enormidade de programas e precisamos analisar o custobenefício de cada um”, diz.

Marcos Lisboa, presidente do Insper, também defende um levantamento de todos os programas sociais. “Hoje não sabemos que resultados esses programas trazem. É preciso saber quais funcionam e a quem atendem”, diz ele. Para o economista, devem ser priorizados os programas das áreas de saúde e educação e os que possam efetivamente atender aos 40% mais pobres.

Paralelamente, diz Lisboa, também deve ser montada uma agenda de estímulo à produtividade dentro do qual é preciso estabelecer novos marcos regulatórios e recobrar a credibilidade na área de infraestrutura. “Os investidores precisam saber que não haverá mais intervenções arbitrárias nesses contratos de longo prazo”, diz.

Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, também aponta as concessões como uma saída de curto prazo para estimular a economia. “Com reforma no arcabouço institucional, poderia aumentar a atração de capital estrangeiro, o que ajudaria em dois vetores: receitas extraordinárias e perspectiva de maior crescimento econômico”, diz.

Entre as reformas, Leal considera prioritárias a da previdência pública, por atingir um número menor de pessoas, e certa flexibilização da lei trabalhista, com primazia do negociado sobre o legislado. Para ele, caso Temer de fato assuma a Presidência, pode ter cerca de três meses de “lua de mel” para aprovar essas medidas, mas nada garante que terá apoio político.

Por não ter a mesma legitimidade de um presidente eleito pelo voto, e por não ser unanimidade mesmo entre os defensores do impeachment, Thaís Zara, economista-chefe da Rosenberg, pondera que Temer pode ter dificuldade para levar a agenda do “Ponte para o Futuro” adiante. “O mais provável é que a onda de otimismo recue antes de o país começar a colher qualquer resultado concreto do novo governo”, diz em relatório.

Mesmo a capacidade de Temer de entregar medidas de curto prazo com impacto sobre a delicada situação fiscal das contas públicas gera dúvidas, avalia a consultoria política Eurasia. A consultoria, porém, acredita que as indicações para o comando do Ministério da Fazenda e do BC provavelmente terão orientação pró-mercado.

Qualquer movimento em relação a essas nomeações deve ser recebido positivamente pelos mercados em um primeiro momento, afirma João Pedro Ribeiro, estrategista da Nomura Securities. “Nós ressaltamos, entretanto, que o impeachment por si só não resolve os diversos problemas políticos do Brasil, que poderiam comprometer a governabilidade e diminuir as chances de reformas significativas no futuro”, diz em relatório.

O economista avalia ainda que a mudança de governo não deve ter impacto significativo sobre a atividade. Como os possíveis “drivers” de crescimento consumo e investimento continuam bastante comprometidos pela recessão, ele mantém sua estimativa de retração de 3,5% para o PIB neste ano e de leve melhora em 2017, com alta de 1%.

Planejamento destina R\$ 1,8 bi para cobrir benefícios da Previdência Social

19/04/2016 - Fonte: EM.com

O Ministério do Planejamento abriu crédito suplementar de R\$ 1,814 bilhão em favor do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A portaria com a decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU). O recurso será destinado a cobrir operações especiais relacionadas a benefícios previdenciários urbanos.

A Pasta divulgou também nesta terça no DOU uma nova lista de imóveis da União que serão postos à venda como parte das ações para reforçar o caixa do governo federal. Ao todo, serão 138 imóveis localizados, em sua maioria, no Distrito Federal.

Há também imóveis no Rio de Janeiro, Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Este é o segundo lote desse tipo lançado pelo governo em 2016. Em janeiro, foram relacionados 239 imóveis em diferentes Estados e no DF.

A relação das unidades à venda está em portaria no Diário Oficial da União (DOU). Pelo documento, o Planejamento determina que a alienação será feita por meio de licitação, na modalidade concorrência ou leilão e, assim como na primeira leva, todo o processo ficará sob a responsabilidade da Caixa, desde a avaliação de preços, licitação até a concessão de financiamentos. A lista pode ser conferida no link: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=65&data=19/04/2016>

Artigo: Os desafios para a retomada do crescimento sustentável

19/04/2016 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Os números da economia brasileira são alarmantes. A inflação para o consumidor está perto de 10%, o déficit público alcançou 10,75% em fevereiro, a taxa de desemprego está em 9,5% (última Pnad Contínua) e o resultado acumulado do PIB esperado para os últimos anos (2015 e 2016) está em cerca de -8,0%. Brasil nota 10!

Infelizmente, o País passa por um processo de deterioração política, econômica e social (sem falar da ética e da moral). O caos econômico teve início no final do segundo mandato Lula e foi intensificado pela sua sucessora a partir de 2011, com a implantação da Nova Matriz Econômica, cujo objetivo era elevar o crescimento da economia brasileira via estímulos à demanda.

Os resultados ruins desse modelo econômico populista não tardaram a aparecer. Como já apontava o Prêmio Nobel de Economia e defensor do liberalismo econômico Frederich A. Hayek, toda tentativa de centralização da atividade produtiva gera resultados desastrosos.

E, após desempenhos decepcionantes, tudo indica que o liberalismo econômico - que se expandiu após o colapso do fascismo e do comunismo, afetando União Soviética, Alemanha e países asiáticos - parece ter chegado à nossa região. Na América Latina, os países que hoje fazem parte do "Pacto do Pacífico", Chile, México e Peru, foram pioneiros na adoção de políticas econômicas fundadas no liberalismo econômico e na democracia.

Evidências recentes podem ser vistas na eleição de Mauricio Macri, na Argentina, após décadas do peronismo, e, não menos emblemática, na visita do presidente Barack Obama a Cuba. Não resta dúvida de que Brasil, Venezuela e Bolívia devem aderir ao movimento.

Os desequilíbrios estão evidentes no aumento expressivo da inflação e do déficit fiscal e na brusca queda do PIB. A consequência do elevado déficit fiscal é o aumento explosivo da dívida pública, que alcançou 66% ao final de 2015, ante 51% em janeiro de 2011. Este ano, deve alcançar 73,5%.

A implicação deste cenário é um aumento de desempregados e de empresas em dificuldade financeira. A renda das famílias brasileiras está em processo de deterioração. Em 2015, 2,35 milhões de famílias que estavam na classe de renda "C"

voltaram para as classes "D" e "E". Com a manutenção da atual trajetória, 5,1 milhões de famílias terão regressado às classes "D" e "E".

Confiança. Para readquirir a confiança dos agentes econômicos, um primeiro passo seria a nomeação de uma equipe econômica com credibilidade, cujo objetivo fosse o restabelecimento de uma política econômica responsável, baseada em metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal.

Em razão da elevada restrição fiscal, a agenda de concessões e privatizações poderia ser atacada prioritariamente, não só pelos efeitos positivos para a economia, mas também para as finanças públicas, por meio da geração de receitas não recorrentes num período de consecutivos déficits primários.

A agenda de reformas estruturais, já bastante conhecida, certamente contribuiria para a retomada do crescimento, mas num governo de transição, cujo desafio é a sustentação da base política, o seu amplo avanço é pouco provável. De todo modo, estariam nessa lista especialmente uma reforma trabalhista, tributária e fiscal, com destaque para a reforma da Previdência.

Adicionalmente, a melhora do ambiente de negócios, que incluiria a desburocratização de processos e a retomada da credibilidade das agências reguladoras, contribuiria para a recuperação do crescimento econômico.

Por fim, o encaminhamento de um processo de abertura comercial, incluindo a reaproximação com Estados Unidos e Europa, ajudaria não só no sentido de ampliar o acesso a mercados mundiais relevantes, mas também à promoção de uma maior competição interna e o acesso a novas tecnologias.

Ainda que ocorram mudanças no governo no curto prazo e, conseqüentemente, na condução da política econômica, o preço da "aventura" dos últimos anos será alto.

O País enfrentará, pelo menos, mais alguns anos de baixo crescimento econômico e desemprego elevado, diante das necessidades de corrigir os erros do passado. Mas uma equipe com credibilidade e uma agenda econômica bem definida já seriam um passo na direção correta.

* Nathan Blanche*- SÓCIO-DIRETOR DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA